

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
NÍVEL MESTRADO**

**ÉRICA DE SOUSA CUNHA CRUZ**

**PERMANÊNCIA E EVASÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR:  
Análise dos fatores determinantes na Faculdade de Ciências da Saúde de Unai  
- MG.**

**Unai-MG  
2022**

ÉRICA DE SOUSA CUNHA CRUZ

**PERMANÊNCIA E EVASÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR:  
Análise dos fatores determinantes na Faculdade de Ciências da Saúde de Unai  
- MG.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alfredo Gadea Castro

Unai-MG

2022

C957p Cruz, Érica de Sousa Cunha.  
Permanência e evasão de estudantes do ensino superior: análise dos fatores determinantes na Faculdade de Ciências da Saúde de Unaí - MG / Érica de Sousa Cunha Cruz – 2023.  
97 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unaí, 2023.  
“Orientador: Prof. Dr. Carlos Alfredo Gadea Castro.”

1. Ensino superior. 2. Evasão universitária. 3. Estudantes universitários. I. Título.

CDU 378

ÉRICA DE SOUSA CUNHA CRUZ

**PERMANÊNCIA E EVASÃO DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR:  
Análise dos fatores determinantes na Faculdade de Ciências da Saúde de Unai  
- MG.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Aprovado em 24 de abril de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dr. Fábio Lopes Alves – UNIOESTE

---

Dra. Adriane Vieira Ferrarini – UNISINOS

---

Dra. Carlos Alfredo Gadea Castro – UNISINOS

Dedico esse trabalho ao meu filho Henrique. É certo que ele não se lembrará do período do mestrado da mamãe, mas com certeza, com seus um e dois aninhos, foi quem mais fez concessões para que esse sonho da mamãe acontecesse.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela oportunidade e força para seguir nesse objetivo.

À minha família por terem compreendido meus momentos de ausência para dedicação aos estudos.

À minha irmã por ter sido a principal incentivadora e por ter ajudado tanto.

## RESUMO

Partindo de estudos existentes acerca do contexto socioeconômico que envolve o ensino superior no Brasil, as políticas públicas que tentam democratizar o acesso a esse nível de ensino e os problemas que ele enfrenta, especialmente a evasão, a presente pesquisa buscou identificar e analisar os fatores dificultadores da permanência no ensino e determinantes da evasão, levantados a partir de dados secundários e da perspectiva dos estudantes evadidos, tomando por base populacional alunos evadidos de uma instituição de ensino superior privada de modalidade presencial, situada no município de Unaí, estado de Minas Gerais. Considerando os dados e informações levantados acerca da temática, é provável que os fatores determinantes da evasão no ensino superior no município de Unaí-MG estejam relacionados a questões de caráter financeiro, no entanto, para confirmar tal proposição foi realizado um estudo sistemático sobre o contexto do ensino superior local e as informações coletadas juntos aos alunos evadidos dessa localidade. Elegeu-se para o desenvolvimento da pesquisa, a utilização do método de estudo transversal descritivo de abordagem quantitativa e qualitativa, tendo em vista as características da população sujeito da pesquisa, a quantidade e natureza das informações. As constatações sobressaídas deste estudo servirão à elaboração de políticas e estratégias de gestão voltadas a minimização das dificuldades enfrentadas pelos estudantes no prosseguimento e conclusão dos estudos, refletindo assim numa redução da evasão no ensino superior.

**Palavras-chave:** ensino superior, evasão, fatores determinantes.

## **ABSTRACT**

Starting from existing studies about the socioeconomic context that involves higher education in Brazil, the public policies that try to democratize access to this level of education and the problems it faces, especially dropout, this research sought to identify and analyze the hindering factors permanence in teaching and dropout determinants, collected from secondary data and the perspective of dropped out students, based on dropout students from a private higher education institution of face-to-face modality, located in the municipality of Unaí, state of Minas Gerais. Considering the data and information collected on the subject, it is likely that the determining factors of evasion in higher education in the municipality of Unaí-MG are related to financial issues, however, to confirm this proposition, a systematic study was carried out about the context of local higher education and the information collected together with students who dropped out of that location. For the development of the research, the use of the descriptive cross-sectional study method with a quantitative approach was chosen, in view of the characteristics of the population object of the research, the amount and nature of the information. The findings highlighted in this study will serve to develop policies and management strategies aimed at minimizing the difficulties faced by students in continuing and completing their studies, thus reflecting a reduction in evasion in higher education.

**Key-words:** higher education, evasion, determining factors



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Alunos Evadidos na IES no período de 2015-2021	45
Gráfico 2 – Evasão por curso na IES no período de 2015-2021	47
Gráfico 3 - Comparativo: alunos matriculados x evadidos por cursos na IES no período de 2015-2021	48
Gráfico 4 – Comparativo cidades de residência: alunos matriculados x evadidos na IES no período de 2015-2021	49
Gráfico 5 – Comparativo alunos matriculados x evadidos que residem em cidade diversa da IES no período 2015-2021	49
Gráfico 6 – Comparativo entre o número de desistências e o número de trancamentos na IES no período de 2015-2021.	51
Gráfico 7 – Comparativo entre políticas de apoio financeiro e o número de matriculados na IES no período de 2015-2021.	53
Gráfico 8 – Comparativo entre as políticas de apoio financeiro e o número de alunos evadidos na IES no período entre 2015-2021	53
Gráfico 9 – Comparativo entre o percentual de conclusão do curso e o número de alunos evadidos na IES no período entre 2015-2021	54
Gráfico 10 – Alunos evadidos respondentes da pesquisa distribuídos por curso	55
Gráfico 11 – Tipos de regime de trabalho dos alunos evadidos respondentes do questionário	56
Gráfico 12 – Participação da renda financeira dos alunos evadidos no grupo familiar	56
Gráfico 13 – Situação de moradia dos alunos evadidos respondentes da pesquisa	57
Gráfico 14 – Tipo de transporte utilizado pelos alunos evadidos para chegar à faculdade	58
Gráfico 15 – Nível de escolaridade dos pais dos alunos evadidos	59
Gráfico 16 - Nível de escolaridade das mães dos alunos evadidos.	59
Gráfico 17 – Escolaridade do grupo familiar dos alunos evadidos	59
Gráfico 18 – Situação de Escolha do curso	62
Gráfico 19 – Mudança de curso como oportunidade de continuação dos estudos	63
Gráfico 20 - Motivação para escolha do curso pelo aluno	63
Gráfico 21 – Forma de ingresso do aluno no curso	64
Gráfico 22 – Políticas/programas públicas governamentais de apoio financeiro	64
Gráfico 23 – Políticas de apoio financeiro da própria IES	66

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Alunos evadidos x alunos matriculados na IES no período 2015-2021	44
Tabela 2 – Média de idade dos alunos evadidos na IES entre 2015-2021	45
Tabela 3 – Proporção de homens e mulheres entre alunos matriculados e evadidos da IES no período de 2015-2021	46
Tabela 4 – Percentual de evasão por curso na IES no período de 2015-2021	46
Tabela 5 - Percentual de Alunos com residência em cidade diversa da IES no período de 2015-2021	48
Tabela 6 – Comparativo: Ensino Médio de Origem X Número de alunos evadidos na IES no período de 2015-2021	50
Tabela 7 – Comparativo: Ensino Médio de Origem X Número de alunos evadidos na IES no período de 2015-2021	50
Tabela 8 – Comparativo: Apoio financeiro X Número de alunos evadidos na IES no período de 2015-2021	52
Tabela 9 – Condição de Moradia associada à renda	57
Tabela 10 – Decurso de tempo entre a conclusão do ensino médio e o ingresso no curso superior entre os alunos evadidos	60
Tabela 11 - Ensino Médio de Origem X Alunos Matriculados no período de 2015-2021	61
Tabela 12 – Fatores que levaram o aluno a evasão do curso	66
Tabela 13 – Fatores de influência na evasão	70
Tabela 14 – Proposta de Plano de Ação	73

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Número de ingressos em cursos de graduação, por modalidade de ensino no período de 2011-2021, CENSUP, 2021.

43

## LISTA DE SIGLAS

CENSUP	Censo da Educação Superior
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
EaD	Ensino a Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FACISA	Faculdade de Ciências da Saúde de Unaí
FIES	Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituição de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
IRPJ	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MARCA	Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para as Carreiras Acreditadas pelo Sistema ARCU-SUL
MEC	Ministério da Educação
PROEXT	Programa de Apoio À Extensão Universitária
PET	Programa Educação Tutorial
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PBP	Programa Bolsa Permanência
PBP-PROUNI	Programa Bolsa Permanência ProUni
PIB	Produto Interno Bruto
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAEST	Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais
PROUNI	Programa Universidade para todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SESU	Secretaria de Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TDA	Taxa de Desistência Acumulada
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2 MARCO TEÓRICO-ANALÍTICO: O CENÁRIO DA EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO</b>	<b>18</b>
2.1 O ensino em uma sociedade historicamente classista	21
2.2 Um novo cenário a partir do século XX	24
2.3 A desigualdade ainda dita as regras	26
2.4 Evasão: um problema multifatorial	28
2.5 Políticas Públicas como resposta à evasão	30
2.6 O cenário do ensino superior no município de Unaí-MG	35
<b>3 METODOLOGIA</b>	<b>38</b>
3.1 Tipo de Estudo	38
3.2 Local de Estudo	38
3.3 População	40
3.4 Fases da Pesquisa	40
<b>4 ANÁLISE E DISCUÇÃO</b>	<b>43</b>
4.1 Nível de Escolaridade do Grupo Familiar e Escolaridade Progressiva	58
4.2 Números, contexto e fatores da evasão discente nos cursos de graduação da FACISA	62
4.3 Proposta de plano de ação para prevenção e enfrentamento à evasão	73
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>88</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>94</b>
<b>ANEXO A – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO APLICADO À POPULAÇÃO DA PESQUISA</b>	<b>94</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Diante dos achados em estudos pré-existentes acerca do contexto socioeconômico que envolve o ensino superior no Brasil, as políticas públicas que tentam democratizar o acesso a esse nível de ensino e os problemas que ele enfrenta, especialmente no que se refere a evasão e todos os seus desdobramentos, enxergou-se uma necessidade e relevância de um estudo que buscasse identificar e analisar os fatores dificultadores da permanência dos estudantes no ensino superior e determinantes da evasão, levantados a partir de dados secundários e que também trouxesse a perspectiva dos estudantes evadidos.

A evasão no ensino superior apresenta-se como um problema evidente, objeto de alguns estudos que buscaram identificar suas causas e a partir disso pensar em soluções para toda a problemática e prejuízos que decorrem do processo de abandono dos estudos (ALVES e FURTADO, 2012), tanto para os estudantes como para as instituições de ensino.

O abandono da graduação representa desperdício de receitas e recursos para as instituições, bem como prejuízos sociais e acadêmicos, além do que, o seu crescimento expressivo nos últimos anos, muito relacionado ao crescimento das matrículas, compromete o andamento e aprimoramento das políticas educacionais do país. Por outro lado, essas mesmas instituições que sofrem os efeitos da evasão não possuem uma cultura de investimentos em ações para fazer frente ao problema e ainda, necessitam de um diagnóstico das causas dessa evasão para pensar ações efetivas para a redução (BORGES, 2011).

Aroni (2008) ao realizar uma intersecção entre dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) do ano de 2005, constatou que à medida que se evolui no nível de ensino se regride no número de pessoas por ele atendidas, indo de 95% da população de sete a 14 anos matriculada no ensino fundamental e chegando a somente 10% da população de 18 a 24 anos matriculada no ensino superior, dos quais apenas uma média de 64,9% conseguia concluir esse nível de estudo. Tais números o autor associa a um sistema nacional de educação pouco efetivo e um ensino superior pautado em princípios tidos por meritocráticos, desprovido de orientação cultural consistente e arraigado de diretrizes atreladas a políticas econômicas excludentes.

O quadro educacional apresentado por Aroni (2008) se repete no município de Unaí/MG, onde de acordo com dados divulgados pela administração pública municipal, no ano de 2010, o percentual de matriculados no ensino superior dentre a população de 18 a 24 anos pouco passa dos 14%, e dentre os adultos – pessoas acima dos 18 anos – somente cerca de 8% possuíam esse nível de formação.

Quando verificados os Indicadores de Trajetória da Educação Superior, divulgados pelo INEP, é possível identificar no município de Unaí uma Taxa de Desistência Acumulada (TDA) que ultrapassa os 40% (BRASIL, 2020a).

É por todo esse contexto apresentado que o presente estudo decidiu tomar por base populacional alunos evadidos de uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada de modalidade presencial, situada no município de Unaí, estado de Minas Gerais (MG).

Partindo da constatação de que existe uma evasão considerável dentre os estudantes do ensino superior do município de Unaí/MG e ainda, da constatação empírica de que o cenário dessa evasão, acompanha o cenário nacional, pretendeu-se estudar os fatores que dificultam a permanência do estudante no ensino superior e principalmente os fatores que impediram o estudante, já evadido, de concluir a sua graduação.

Para tanto, a presente pesquisa concentrou esforços em duas fontes de dados compostas pelo banco de dados fornecido pela Faculdade de Ciências da Saúde de Unaí (FACISA), instituição de ensino superior privada de modalidade presencial situada no centro da cidade de Unaí, e pelas informações fornecidas pelos estudantes evadidos dessa instituição, por meio de questionário. Trata-se de uma das maiores instituições de ensino superior da cidade e que oferece, atualmente, cinco cursos de graduação, sendo eles: Enfermagem, Farmácia, Medicina Veterinária, Psicologia e Serviço Social, todos na modalidade presencial, conforme constatado por meio da consulta pública do e-MEC. No primeiro semestre de 2021, a instituição contou com 744 alunos regularmente matriculados dos quais 120 são ingressantes desse período, segundo dados da própria instituição.

No que se refere a números de desistência e abandono dos estudantes dessa IES, os Indicadores de Trajetória divulgados pelo INEP, apontam que dentre os seus 129 alunos ingressantes de 2015, a Taxa de Desistência Acumulada (TDA) teve média de 46,6%, ressaltando aqui que, no ano de referência de ingresso a instituição contava



apenas com três cursos de graduação em funcionamento (BRASIL, 2020a). De todo exposto foi possível visualizar que os índices de evasão no ensino superior no município de Unaí/MG são bastante expressivos e se repetem na instituição de ensino sujeito da pesquisa.

A escolha desta instituição de ensino para realização da pesquisa deu-se por alguns fatores considerados relevantes. Segundo Borges (2011) o fator financeiro mostra-se como uma determinante da evasão e, sendo a FACISA, uma instituição de ensino privada, mas que possui alunos beneficiados com o Programa Universidade para Todos (PROUNI), Financiamento Estudantil (FIES) e bolsas da própria instituição, acreditou-se conseguir coletar informações de um perfil de aluno diversificado no quesito renda. Furtado e Alves (2012) apontaram a distância entre a residência e o campus como fator de evasão, algo que também foi passível de verificação dentre os alunos da FACISA, posto que a instituição oferece cursos somente presenciais e possui considerável número de alunos residentes em municípios vizinhos a Unaí. O curso de Medicina Veterinária da FACISA funciona em sua maior parte no período diurno, o que permitiu coletar informações de um perfil de alunos que não seria possível em instituições que oferecem apenas cursos noturnos.

Para fins do presente estudo considerou-se a evasão em seu sentido mais amplo, compreendendo os dois seguimentos apresentado por Rangel (2019), quais sejam o abandono do aluno ingressante do curso de graduação que inicia, mas o abandona sem obter o diploma e ainda a mobilidade representada pelo aluno que abandona um curso, porém com o intuito de ingressar em outro.

Partindo do entendimento de que a formação profissional universitária seja um contribuinte essencial para o desenvolvimento econômico, político e social do país (BORGES, 2011), tal como Oliveira (2008) identificou que a falta de qualificação profissional era um dos fatores que afetava negativamente o desenvolvimento econômico de Unaí e, ainda, que a evasão no nível de ensino superior ocasiona prejuízos de ordem social e acadêmica, tanto para as instituições de ensino quanto para a sociedade (BAGGI e LOPES, 2011), o presente estudo debruçou-se sobre a seguinte questão: Quais são os fatores que veem dificultando a permanência de estudantes no ensino superior do município de Unaí e culminando com a evasão?

O problema do acesso à educação de nível superior no Brasil, passou por um processo considerável de crescimento a partir do século XX, com crescimento

superior a 40% no número de matrículas entre 2009 e 2019 (BRASIL, 2019). No entanto, instiga a busca por uma melhor compreensão o fato de que o número de concluintes dos cursos de graduação não acompanham esse crescimento em igual proporção, apontando assim uma grande evasão dos alunos matriculados no ensino superior. Apontamento este, comprovado com a taxa de desistência acumulada de 59% de 2010 a 2019, apresentada pelos Indicadores de Trajetória do INEP (BRASIL, 2019).

Pela produção científica existente e até então estudada, percebeu-se que a evasão no ensino superior se faz presente em diferentes instituições e localidades do país, apresentando, tanto particularidades como pontos comuns. Furtado e Alves (2012) em estudo realizado em uma IES localizada no Rio Grande do Sul, apontaram como fatores relacionados à evasão, a distância em relação ao campus e o período de realização do ensino médio. Por outro lado, Borges (2011) em estudo realizado numa IES do estado de Goiás, identificou como fator principal para a evasão a questão financeira.

Portanto, partindo das constatações demonstradas, o presente estudo buscou identificar as causas da evasão no ensino superior no município de Unai/MG, seu contexto e fatores determinantes, a partir de dados secundários e da perspectiva dos estudantes evadidos de uma instituição de ensino superior privada de modalidade presencial, localizada no município, com vistas a subsidiar a construção de políticas de apoio aos estudantes na permanência e conclusão do ensino superior.

A fim de alcançar tal objetivo foram estabelecidos cinco objetivos específicos para a realização do estudo, os quais foram: a) Conhecer o contexto nacional da evasão no ensino superior a partir de um estudo exploratório consubstanciado nos dados estatísticos disponibilizados por órgãos oficiais como o INEP e Ministério da Educação (MEC), bem como na produção científica existente acerca do tema; b) Levantar os principais fatores dificultadores e impeditivos da permanência no ensino superior, que culminaram com evasão e o contexto em que se deram esses fatores; c) Identificar possíveis grupos (etário, econômico, etc.) onde a evasão tenha maior incidência e correlacioná-los com os fatores resultantes do item b; d) Verificar, dentre os estudantes evadidos, a existência de políticas públicas e/ou institucionais de apoio, pelas quais eles tenham sido beneficiados; e) Constituir subsídio ao desenvolvimento e implementação de políticas capazes de contribuir para a redução da evasão no

ensino superior e promover uma minimização das dificuldades apontadas pelos estudantes.

Elegeu-se para o desenvolvimento da pesquisa, a utilização do método de estudo transversal descritivo de abordagem quantitativa e qualitativa, tendo em vista as características da população sujeito da pesquisa e a quantidade e natureza das informações levantadas e analisadas.

Considerando os dados e informações que se tem acerca da temática, levantou-se a hipótese de que os fatores determinantes da evasão no ensino superior no município de Unaí-MG estivessem relacionados a questões de caráter financeiro, no entanto, para confirmar tal proposição considerou-se necessária a realização deste estudo sistemático sobre o contexto do ensino superior local.

A partir do presente estudo pode-se ter uma análise detalhada dos principais fatores que impulsionaram a evasão dos estudantes do ensino superior no Município de Unaí/MG e, a partir dessa análise e da compreensão do contexto em que se deram esses fatores, será possível construir estratégias de resposta à evasão e capazes de apoiar o estudante na permanência e conclusão dos estudos.

As constatações sobressaídas dos estudos realizados poderão servir à elaboração de políticas e estratégias de gestão voltadas a minimização das dificuldades enfrentadas pelos estudantes no prosseguimento e conclusão dos estudos, refletindo assim numa redução da evasão no ensino superior.

## **2 MARCO TEÓRICO-ANALÍTICO: O CENÁRIO DO ENSINO SUPERIOR**

### **BRASILEIRO E DA EVASÃO**

As nuances que rodeiam o tema educação, em todos os seus níveis, são bastantes conhecidas e debatidas na sociedade brasileira há certo tempo e estão relacionadas geralmente a carência no acesso à educação, carência de qualidade e reflexos sociais destes. Comprova a afirmativa, por exemplo, o fato de, em 2012, o Brasil contar com um percentual de analfabetos de 8,7% segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) (BRASIL, 2012a).

Adentrando ao âmbito da educação de nível superior e em termos de Brasil, verifica-se uma realidade ainda mais complicada, posto que historicamente o acesso a esse nível de formação fora extremamente elitizado, conforme bem consideram Diogo et al. (2016), apontando ainda, que somente ao longo do século XX a formação superior começou sua expansão para segmentos médios da sociedade.

Desde então, tem-se observado um crescimento no acesso de pessoas ao ensino superior. Informação esta que se verifica por meio dos dados extraídos do Censo da Educação Superior (CENSUP) onde constam um número de 8.604.526 alunos matriculados no ano de 2019, frente aos 5.985.873 alunos matriculados no ano de 2009 (BRASIL, 2020a).

Os dados do CENSUP 2019 apresentaram um crescimento de 43,7% no número de matrículas na última década e um crescimento anual médio de 3,6% no mesmo período. Contudo, garantir condições de acesso ao ensino superior não produziu efeitos na conclusão dos cursos pois, contrapondo-se à expectativa otimista do crescimento de matrículas, os dados do CENSUP 2019, trazem os Indicadores de Trajetória apontando que, dentre os ingressantes de 2010, obteve-se em 2019 uma taxa de desistência acumulada de 59% (BRASIL, 2020a). Diante de tais números é clara a constatação de que o acesso ao ensino superior passou por uma melhora considerável, no entanto, a evasão ainda é um desafio.

É certo que o crescimento do número de matrículas no ensino superior muito se deve às políticas públicas de acesso a esse nível de ensino, proporcionadas pelo governo federal. Para Silva e Santos (2017) programas como o FIES, PROUNI, Programa de Inclusão Social (Cotas) e Programa Incluir (para pessoas com deficiência) são os principais exemplos de implantação de políticas públicas que permitiram, a pessoas consideradas excluídas, acesso à educação superior.

Outra importante política pública de acesso ao ensino superior foi a criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU), atualmente regulamentado pela Portaria Normativa MEC nº 21 de 05 de novembro de 2012 e por meio do qual estudantes são selecionados para cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas utilizando a nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e dispensa a realização dos vestibulares específicos das instituições, o que facilitou muito o acesso a estas (BRASIL, 2012b).

Em que pese tais políticas públicas tenham sido exitosas no seu intuito de franquear o acesso ao ensino superior, estas não se mostraram suficientes para garantir que esse estudante, uma vez inserido na graduação, pudesse permanecer, concluir seus estudos e obter uma formação profissional. Claro exemplo do que se afirma é trazido por Costa e Ferreira (2017) ao relatar que o PROUNI representou um aumento de matrículas na rede privada de ensino superior, na casa dos 5%, mas, ao mesmo tempo, teve uma evasão média de 10,4% e relacionada, principalmente, a dificuldades econômicas dos estudantes.

No Brasil, historicamente, o número de instituições de ensino superior públicas é muito inferior ao número de instituições privadas. Em 2019, do total de 2.608 instituições de ensino superior existentes, 88,4% pertencem à rede privada (BRASIL, 2020b). O alto valor das mensalidades dos cursos aliado a baixa renda dos brasileiros – que, em 2019, segundo o IBGE, apresentaram rendimento domiciliar per capita médio de mil quatrocentos e seis reais (BRASIL, 2019) – são fatores que tendem a excluir parte considerável da população brasileira do ensino superior ou, quando tem acesso a esse ensino, dificultam sua manutenção e conclusão.

A presente constatação é corroborada por Borges (2011) que identificou, dentre os alunos de cursos de licenciatura, direito e sistemas de informação, o fator financeiro como o principal determinante da evasão, pontuando ainda, que os alunos dos cursos de licenciatura, em sua maioria, originam-se de classe menos favorecidas em termos de renda, elevando a evasão nesses cursos.

Por outro lado, situações em que o abandono do curso superior são determinadas, não pela questão financeira, mas pela fragilidade da escolha inicial da formação, ausência de atividades que explorem esse prévio conhecimento da carreira e conseqüente expectativa irrealista sobre a mesma, constituem determinantes de evasão consideráveis (BARDAGI e HUTZ, 2009).

Ao encontro do que afirma Bardagi e Hutz (2009), Diogo et al. (2016) em estudo pontual sobre as determinantes da evasão numa instituição de ensino superior pública brasileira, apresenta que os coordenadores de curso dessa instituição elencaram como principais determinantes da evasão o desconhecimento dos alunos sobre a formação e características constituintes dos campos de atuação, incompatibilidade vocacional e, ainda, questões relativas ao mercado de trabalho como status profissional e remuneração.

A multiplicidade de fatores que ensejam a evasão no ensino superior é também reconhecida por Baggi e Lopes (2011), os quais apontam que o reflexo dos níveis de ensino anteriores do estudante exerce influência sobre a sua permanência na graduação, assim como outros fatores sociais, culturais, políticos e econômicos comumente identificados. Porém, além destes, também a qualidade do ensino ofertado pelas IES é fator determinante para manutenção ou perda definitiva desse aluno.

Furtado e Alves (2012) em uma pesquisa exploratória realizada acerca da evasão dos alunos ingressantes da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) no período de 2005 a 2008, analisaram importantes variáveis relacionadas ao tema, culminando com a constatação de múltiplos fatores determinantes dessa evasão. Analisado o percentual de disciplinas cursadas ou percentual concluído do curso, por exemplo, puderam observar que a evasão diminui à medida que esse percentual aumenta, demonstrando que o aluno formando tem menos chance de evadir, se comparado aos alunos em início de curso.

Constataram também que a evasão é maior entre alunos homens e também dentre os estudantes cuja distância entre sua residência e o campus é maior. Porém, no que tange a variável distância, é necessário considerar a possibilidade de ela ser reflexo de fatores como condições financeiras ou até mesmo ausência de serviços públicos de transporte que pudessem apoiar essa formação profissional dos estudantes.

Na variável, tipo de ensino médio, Furtado e Alves (2012) identificaram que a evasão é menor dentre os egressos de ensino médio regular, em especial, o diurno, o que permite concluir que a evasão no ensino superior também guarda relação com a base formativa que o indivíduo recebe.

Outra variável importante na pesquisa de Furtado e Alves (2012) foi a relação entre o nível de formação dos pais e a evasão. Os resultados encontrados corroboraram com a teoria de capital cultural de Bourdieu (2007), segundo a qual o indivíduo é influenciado por uma bagagem de cultura e valores produto do meio. Afirmam, os autores, terem identificado que dentre os alunos cujos pais tinham um nível de formação formal mais elevado a evasão é menor, deixando evidente que esses pais têm melhores condições de orientar seus filhos na questão da escolha da graduação e ainda prestar um melhor apoio nos estudos.

Nesse mesmo contexto, relevantes são os resultados apresentados por Cordasso et al. (2016), obtidos em pesquisa que inovou ao inquirir alunos matriculados no ensino superior do município de Sinop/MS, no ano de 2015, numa abordagem diversa da convencional inquirição a alunos já evadidos. Dentre os dados obtidos, os quais expressam a perspectiva discente que precede a evasão, sobressaíram como principais fatores motivadores de um futuro abandono, a insatisfação com o curso escolhido, dificuldades financeiras, baixa qualidade do ensino e dificuldade de conciliar estudos e trabalho.

Em suma, percebe-se que a evasão no ensino superior é um fenômeno de causas multifatoriais (BARDAGI; HUTZ, 2009) e conhecer seus fatores determinantes é importante, não apenas para que se concretize a política de expansão do ensino superior alicerçada no crescimento das vagas em instituições privadas, como afirma Silva (2013), mas para que se possa desenvolver políticas que viabilizem a permanência do estudante no ensino superior.

## **2.1 O ensino em uma sociedade historicamente classista**

A organização que a sociedade tomou ao longo da história, dividindo-se em classes sociais refletiu em muitos aspectos, dentre os quais, na educação, assim, como na contramão, a educação reflete na organização que aquela tem tomado. Acredita-se que a educação seja instrumento fundamental para o crescimento e desenvolvimento de uma sociedade.

Smanio e Bertolin (2013) ressaltam que o direito à educação foi instituído como direito humano universal, sendo previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e, a nível de Brasil, encontra previsão positivada na Constituição Federal de 1988.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Contudo, há que se considerar que o instrumento normativo citado constitui norma programática, cuja as medidas para sua efetivação vem sendo implementadas ao longo dos anos, motivo pelo qual ainda não atingiu a totalidade de seus resultados, quais sejam, o acesso integral à educação.

É imperioso ressaltar que a roupagem de normativa legal conferida pela Constituição de 1988 ao direito de acesso à educação com o fito de democratizá-lo não foi suficiente para aparar os extremos da desigualdade em termos de escolaridade nem em termos de classificação social. A estruturação em classes está historicamente enraizada na origem da sociedade brasileira pela sua formação colonial e hierarquização de raças, fazendo com que os direitos sociais pensados ainda no início do século XX, não fossem fundamentalmente norteados pelo princípio da igualdade (POCHMANN; FERREIRA, 2016).

Em termos de sociedade, no Brasil, é público e notório sua composição por uma diversidade enorme de grupos e categorias identitárias que estão em constante relação de poder. Essa formação do Brasil reflete a formação da maioria dos países latino americanos, cuja origem e sua conversão em instrumento de classificação social, explica Quijano (2005):

A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios, negros e mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos com *espanhol e português*, e mais tarde *européu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (QUIJANO, 2005. p. 117).

As relações estabelecidas entre esses grupos sociais, as quais Collins e Bilge (2021) denominam de relações interseccionais, tem o condão de afetar todos os aspectos do convívio social. Logo, o universo do ensino superior não está imune a essas relações e suas influências.

A elitização existente no ensino decorre de uma histórica desigualdade social que, por sua vez, é produto de um processo de colonização e de organização do



trabalho eurocêntrico que se disseminou pelo mundo, em especial nas américas, sustentado nas relações de servidão e escravidão, conforme bem descreve Quijano (2005):

O fato é que já desde o começo da América, os futuros europeus associaram o trabalho não pago ou não-assalariado com as raças dominadas, porque eram raças inferiores. O vasto genocídio dos índios nas primeiras décadas da colonização não foi causado principalmente pela violência da conquista, nem pelas enfermidades que os conquistadores trouxeram em seu corpo, mas porque tais índios foram usados como mão de obra descartável, forçados a trabalhar até morrer. [...] E a outra forma de trabalho não-assalariado, o não pago simplesmente, o trabalho escravo, foi restrita, exclusivamente, à população trazida da futura África e chamada de negra. A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio os brancos. (QUIJANO, 2005. p. 120)

Toda a sociedade brasileira desenvolveu-se a partir da exploração indígena e escravização dos negros africanos, o que produziu os elevados níveis de desigualdades existentes, expressiva divisão em classes sociais mais e menos privilegiadas, o que produz efeitos em vários seguimentos, dentre eles o ensino.

Collins e Bilge (2021) afirmam que as divisões sociais, e conseqüentemente as desigualdades por ela produzidas, são mais enfatizadas no ensino superior, citando o tímido crescimento do número de alunos no ensino superior oriundos de classes economicamente menos favorecidas, ou que tiveram de superar a discriminação decorrente de raça, gênero, orientação sexual, etnia ou mesmo orientação religiosa.

A questão racial é algo evidentemente marcante no ensino superior brasileiro, o que se comprova por dados divulgados pelo INEP os quais apontam que a população branca representava em 2003 uma soma de 72,9% do total de matriculados, sendo uma diferença de 20% do que a diferença racial (negros e brancos) apontada pelo IBGE para a população brasileira, nesse mesmo ano, a qual era de 52% de brancos. Referida diferença alcança os 25,9% quando analisados os dados específicos da região Nordeste do país. Ainda segundo esses dados o crescimento da população negra e parda no ensino superior foi bastante tímida, não atingindo 2% numa série histórica verificada entre 2000 e 2003 (BRASIL, 2005a).

Bourdieu (2007) reflete que a educação é enxergada como um fator capaz de movimentar o indivíduo dentro das classes sociais, mas que na verdade ela é a responsável por legitimar as desigualdades e promover a sua aceitação pelos indivíduos.

Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que eles sejam de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura. (BOURDIEU, 2007, p. 53)

O que evidentemente percebe-se ao longo da vida escolar, ou seja, ao longo da instrução educacional, é que a desigualdade já instalada no contexto social, faz com que os menos favorecidos sejam deixados às margens do processo de formação educacional à medida que o nível de instrução se eleva. Nesse sentido, as chances de um jovem de classe social superior ingressar na universidade ultrapassam em 40 vezes às chances de um jovem descendente de operários, número que é duplicado quando comparado a filhos de assalariados rurais. Bourdieu explica ainda que tais números são resultantes de fatores que promovem a exclusão dos indivíduos ao longo de percurso na educação e, ainda, da desigualdade iniciada enquanto criança, a qual, por sua vez, decorre do capital cultural que é transferido pela família e que também determina seu sucesso ou insucesso na vida escolar (BOURDIEU, 2007).

## **2.2 Um novo cenário a partir das últimas décadas**

Contraopondo-se a presente ideia, os números da educação superior, especificamente, apresentaram demasiado crescimento no século XX, atingindo-se níveis passíveis de serem denominados como massificação do ensino, tanto no Brasil como em outros países. Foi a partir de então que as maiores parcelas da sociedade passaram a acessar o dito ensino secundário e, muito em função disso, passou-se a acreditar em uma mobilidade social. Essa mobilidade social, por sua vez constituir-se-ia na ascensão a uma classe social superior, mais favorecida, por meio da aquisição de uma graduação (HONORATO; VIEIRA; ZUCCARELLI, 2018).

O crescimento do ensino de nível superior no Brasil, no que tange a número de matrículas apresentou crescimento, na casa dos 430%, no comparativo de dez anos, partindo de 1996, quando registrou 1.868.529 alunos matriculados (BORGES, 2018). Tal crescimento foi resultado de um processo de expansão do ensino superior no Brasil, ocorrido a partir de 1995, que veio com o papel de suprir a necessidade de redução de desigualdades econômicas, de gênero, raciais e tantas outras. Assim,

políticas públicas foram implantadas pelo governo federal nas últimas décadas com o objetivo de promover igualdade e inclusão social em termos de acesso e permanência, a exemplo o PROUNI e o FIES, e ainda a qualidade e diversificação do sistema com o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) (AGUIAR, 2016).

Esse expressivo crescimento apresentado, no entanto, não reflete igualdade de oportunidade em aspectos raciais, uma vez que no ensino superior brasileiro em 2019 os estudantes brancos representaram 42,52% do total de matriculados, os negros representaram 7,12% e os indígenas, 0,65% (BRASIL, 2020d) bem como não refletiu igualdade dentre as classes sociais. O número de instituições de ensino superior públicas no Brasil é muito inferior ao número de instituições privadas, tendo apresentado em 2019 uma diferença superior a 70% (BRASIL, 2019).

As instituições públicas são aquelas que tendem a apresentar uma formação mais qualificada e, pelas próprias características de seus processos seletivos, nela ingressam estudantes com um melhor capital cultural. Por outro lado, estudantes de classes mais populares e com preparação inferior tendem a buscar os cursos menos concorridos e em instituições com qualificação inferior (BERTOLIN; AMARAL; ALMEIRA, 2019).

Outro viés interpretativo para a questão do predomínio da iniciativa privada no ensino superior, parte do entendimento de que os problemas inerentes a esse nível de ensino, especialmente, têm sua origem na essência, na regulamentação e configuração que ele recebe no país, posto que por muito tempo, ele foi visto como prerrogativa e privilégio de uma parcela restrita da sociedade, economicamente favorecida. O ensino fundamental, e posteriormente o ensino médio, foram abrangidos por uma obrigatoriedade legalmente estabelecida que não atingiu o ensino superior, fazendo com que este não tome a forma de direito social e, por sua vez, caracterizando-se muito mais como um serviço ou uma mercadoria, com instituições de ensino negociando suas ações nas bolsas de valores e promovendo fusões de mantenedoras e turma (ARONI, 2008).

De acordo com Andriola (2020) o ensino superior brasileiro teve expressivo crescimento tanto em número de ingressantes, quanto de cursos e instituições e afirma que esse crescimento se deu junto à ascensão das políticas de inclusão social, uma vez que é parte destas a democratização do acesso aos cursos de graduação. Ressalta o PROUNI como importante política pública no intuito de promover essa

democratização. Em contraponto a essa democratização do ensino superior, apresenta-se ainda a existência de dificuldades na permanência no curso e uma considerável restrição no acesso, quando consideradas as universidades públicas com número reduzido de vagas e processos seletivos que não condizem com o ensino básico ofertado (COSTA; FERREIRA, 2017).

### **2.3 A desigualdade ainda dita as regras**

A diferença entre a escola de educação básica pública e privada no Brasil, onde essa tem melhor qualidade de ensino, gera uma condição de desigualdade determinada pela renda familiar, com reflexo direto no ensino superior, onde também terão acesso às áreas mais restritas, aqueles que tiverem melhor renda (BORGES, 2018).

Bonamino (2010) aponta que a democratização do acesso à educação foi responsável por destacar, nos diversos grupos sociais, as desigualdades na escolarização praticada e o quão influente a classe social de origem pode ser em termos de rendimento escolar dos indivíduos.

Ao levar-se em consideração que cursos de graduação de maior expressividade são também os que possuem regras de acesso mais restritas, como notas de corte mais elevadas e ainda demandam uma dedicação que dificulta a associação estudo-emprego, percebe-se que a maior parcela da sociedade será obrigada a optar por cursos que permitam maior flexibilidade no quesito dedicação e com processos seletivos menos exigentes (BORGES, 2018).

Além desses, o fator menor tempo de integralização associado ao menor custo tem levado à ascensão no cenário do ensino superior os cursos tecnológicos, que tiveram crescimento de 79% no número de matrículas entre os anos 2009 a 2019, frente ao crescimento de 46,4% e 41,6% nos graus acadêmicos bacharelado e licenciatura, respectivamente, nesse mesmo período (BRASIL, 2020b).

Todo esse contexto apresentado comprova que, apesar de o acesso ao ensino superior ter crescido consideravelmente, a desigualdade social que determinou as condições de ensino já nos primeiros anos da vida escolar, tem perdurado e interferido até o nível da graduação.

Nesse sentido cumpre analisar a influência do Capital Cultural, teoria desenvolvida por Pierre Bourdieu, segundo a qual o sistema de ensino que deveria

colaborar para superação das desigualdades, na verdade, corroboram para que ela perpetue.

O capital cultural refere-se a herança cultural, ao conjunto de atributos, competências e conhecimentos de que o indivíduo dispõe e transmite, por exemplo, aos filhos. Esse capital cultural que o indivíduo herda da família relaciona-se diretamente com seu sucesso no âmbito da educação (BOURDIEU, 2007).

A parcela de “bons alunos” em uma amostra da quinta série cresce em função da renda de suas famílias. Paul Clerc mostrou que, com diploma igual, a renda não exerce nenhuma influência própria sobre o êxito escolar e que, ao contrário, com renda igual, a proporção de “bons alunos” varia de maneira significativa segundo o pai não seja diplomado ou bachelier, o que permite concluir que a ação do meio familiar sobre o êxito escolar é quase exclusivamente cultural. (BOURDIEU, 2007, p.42)

A ideia de capital cultural fundamenta-se na ideologia marxista de capital, propriamente dito, sendo algo passível de acumulação. Esse capital é que estabelece o regramento da sociedade e foi criado para mercantilizar todas as relações, inclusive as sociais (MIRANDA; VILLARDI, 2020).

Essa teoria é caracterizada pelo entendimento de que o fator econômico é menos relevante que o fator cultural, no que tange a determinar desigualdades sociais (BONAMINO, 2010).

Considerando, portanto, que o sucesso educacional da criança depende do nível cultural de seus pais e que este será maior quanto melhor for a renda dos pais, em tese, tem-se mais uma vez a renda e divisão em classes sociais como determinantes em um sistema onde a desigualdade leva a uma educação de menor qualidade que, por sua vez, ensejará ainda mais desigualdade.

Reconhecer que as desigualdades sociais refletem na formação desde os primeiros anos e perpetua seus efeitos por toda a vida educacional é fundamentalmente importante para se buscar melhorias na qualidade do ensino, no entanto não são apenas desigualdades em seu aspecto econômico, mas desigualdades de aspectos culturais que farão com que os indivíduos assemelhem os conteúdos escolares de formas diferentes, desde os anos iniciais, devido às condições de desvantagens de acesso a conhecimentos diversos que lhe foram impostas pela condição social que possuem ou grupo social que integram (BAGGI; LOPES, 2011).

Miranda e Villardi (2020) a partir de seu estudo constataram que os estudantes de escolas públicas de comunidades, onde sabe-se que as condições sociais e

econômicas são extremamente desfavoráveis, apresentam um capital cultural classificado como baixo, decorrente das limitações de acesso a elementos promotores de cultura e conhecimento que suas famílias tiveram.

Esse capital cultural reduzido, por sua vez, mostrou-se como impeditivo para que esses estudantes alcançassem resultados satisfatórios em exames para ingresso em universidades públicas e mesmo para concorrer a vagas no PROUNI, culminando assim, na redução das possibilidades desses estudantes de seguirem seus estudos rumo a uma graduação.

Com o fito de minimizar os impactos das desigualdades sociais o governo federal instituiu algumas políticas públicas de acesso ao ensino superior, como PROUNI, FIES, SISU e Sistema de Cotas, mas estas não apresentam efeito sobre os fatores que dificultam a permanência e conclusão do aluno nos estudos (COSTA; FERREIRA, 2017).

Ainda há que se considerar que as políticas públicas implantadas promoveram uma expansão de matrículas maior nas IES privadas, face as IES públicas, registrando naquelas um percentual de 74,9% das matrículas de 2014 no ensino superior (CHAVES; AMARAL, 2016).

#### **2.4 Evasão: um problema multifatorial**

Embora as dificuldades econômicas para permanência nos estudos pareçam saltar aos olhos, Silva Filho et al. (2007) chamam a atenção para o fato, extremamente relevante, de que instituições de ensino e também estudantes tendem a justificar a evasão tão somente pelo fator econômico, de modo a simplificá-lo, deixando de considerar os fatores de ordem acadêmica.

No que tange aos fatores de ordem acadêmica, tem-se por exemplo, o efeito do domínio do ensino superior pela iniciativa privada que, além de produzir expressivo aumento de vagas e promover uma falsa democratização desse nível de ensino quando limita o acesso à uma parcela que consegue pagar pelo estudo, também compromete a qualidade do ensino com o fortalecimento de uma cultura que enxerga e opera o ensino superior como ferramenta de lucro refletindo em aumento da retenção e evasão de alunos, na medida que, salvo raras exceções, ela produz superlotação de salas, infraestrutura precária, desrespeito a associação da tríade

ensino-pesquisa-extensão (ARONI, 2008), dentre outros fatores que ultrapassam a questão financeira e contribuem para o aumento da evasão universitária.

Como resultado de sua pesquisa sobre a evasão no ensino superior, Baggi e Lopes (2011) apontaram que esse fenômeno que tanto afeta as Instituições de Ensino Superior e é tão pouco estudado por elas, tem sua origem em fatores correlacionados ao contexto socioeconômico, político e cultural, e faz uma crítica aos dados anualmente divulgados, por meio do censo da educação superior, pelo INEP, os quais não retratam qualquer indicador da evasão na educação superior.

Melo (2017) acrescenta às causas das diversas modalidades de evasão fatores como não identificação com o curso escolhido e o despreparo ante ao nível de conhecimento exigido para acompanhamento do curso decorrente da qualidade do ensino anterior recebido.

Vão ao encontro de tal afirmativa, os achados de Diogo et al. (2016) em seu estudo sobre causas da evasão no ensino superior, junto a coordenadores de curso de graduação de determinada instituição:

De modo geral, os determinantes da evasão e reprovação citados foram, prioritariamente, externos ao curso. Os entrevistados debitaram esses problemas na conta do estudante: os calouros chegam à universidade mal preparados pelo Ensino Fundamental e Médio; possuem ideias equivocadas sobre o curso; o nível de exigência desse é incompatível aos dos alunos; muitos possuem condição socioeconômica desfavorável, levando-os a buscar trabalho remunerado paralelo à realização do curso superior, diminuindo o tempo dedicado aos estudos; há falta de interesse por parte dos estudantes; entre outros problemas. (DIOGO et al., 2016. p. 146)

No texto citado fica extremamente clara a incidência dos fatores sociais. Porém, o fator econômico também aparece refletindo na necessidade de conciliação dos estudos com o exercício de atividade remunerada a fim de subsidiarem a manutenção do estudante na universidade, bem como complementar a renda familiar, devido as condições financeiras não permitirem dedicação exclusiva aos estudos.

Reforça tal apontamento a maior concentração desses estudantes no turno noturno, conforme constatado por Smanio e Bertolin (2013), dentre os bolsistas do PROUNI, onde 64% estudavam nesse turno.

Apesar de a maioria dos fatores que apresentam-se como causas para a evasão no ensino superior serem fatores externos às instituições de ensino, Silva Filho et al. (2007) defendem que estas instituições carecem de iniciativas voltadas a manutenção dos alunos matriculados, posto que investem cerca de 2% a 6% de suas

receitas em ações institucionalizadas para captação de novos alunos, porém, não possuem qualquer programa de monitoramento ou acompanhamento dos estudantes com vistas a evitar a evasão dos mesmos.

Não obstante a falta de ações de resposta à evasão por parte das próprias instituições de ensino, nota-se ainda uma carência de ações afirmativas por parte do poder público. Se considerarmos que o próprio sistema de ensino brasileiro, pela estrutura hierarquizada e a dificuldade gradativa e seletiva que possui, impõem aos estudantes, dificuldades de acesso e permanência, sendo estas atreladas a organização hierarquizada da sociedade em geral, rígida e eivada de desigualdade (ARONI, 2008) percebe-se a necessidade de ter implementadas políticas públicas voltadas ao enfrentamento dos fatores que promovem barreiras ao ensino superior, dentre elas, a evasão.

## **2.5 Políticas Públicas como resposta à evasão**

A Secretaria de Educação Superior (SESU) é a fração do MEC que realiza a gestão do ensino superior no Brasil e, dentre outras atribuições, faz a gestão da implementação e execução das políticas voltadas para esse nível de ensino e tem divulgada em sua página oficial, uma relação enumerando 21 políticas/programas existentes e direcionados à educação de nível superior (BRASIL, 2021b). Contudo, dentre as políticas elencadas, poucas são aquelas que possuem como objetivo a redução da evasão universitária.

O FIES, por exemplo, foi criado em 2001 por meio da Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001 e constitui uma importante política na área da educação de nível superior e que tem por finalidade conceder financiamento para estudantes de cursos superiores em instituições privadas. Para que a IES possa ofertar vagas por meio do programa é necessário que ela mantenha a avaliação do curso sempre positiva, dentro do que prevê o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

Por outro lado, para que o estudante seja beneficiado com o financiamento é necessário enquadrar-se dentro de um padrão de renda máxima estipulado em salários mínimos por pessoa do grupo familiar, que vai de três até cinco salários per capita, dependendo da modalidade do FIES (BRASIL, 2001). O FIES é uma política ainda em continuidade e desde sua criação tem passado por algumas reestruturações, sendo a mais recente estabelecida pela Lei nº 13.530 de 07 de



dezembro de 2017. O programa tem por meta principal atingir a concessão da totalidade dos financiamentos autorizados pelo seu comitê gestor, no entanto, segundo dados divulgados pelo MEC, no ano de 2019, por exemplo, somente 85% dos financiamentos autorizados foram efetivamente concedidos a estudantes (BRASIL, 2021b).

Ao fornecer uma condição alternativa ao custeio das mensalidades do curso de graduação, O FIES incide diretamente na condição de vulnerabilidade financeira do estudante, que tende a abandonar o curso devido as dificuldades de seu custeio.

Nesse mesmo sentido o ProUni, instituído por meio da Medida Provisória nº 213, em 2005, e definitivamente regulamentado pela Lei nº 11.096 de 13 janeiro de 2005, constitui-se como um programa voltado a minimizar desigualdades sociais, quando amplia oportunidades de ingresso no ensino superior de pessoas com baixa renda, ofertando bolsas para ingresso em cursos de instituições privadas (SILVA; SANTOS, 2017). Por meio do ProUni, as IES privadas que aderem a ele, ofertam bolsas integrais e parciais, para as quais são selecionados, dentre os inscritos, alunos que preencham os requisitos de renda máxima (1,5 salário mínimo per capta para bolsas integral e 3 salários mínimos para bolsas parciais), que tenham cursado a educação básica em instituição pública ou particular com benefício de bolsa integral e que não possuam curso superior concluído (BRASIL, 2005b). Em contrapartida a IES privada que participa do programa é beneficiada com isenção fiscal relativa a Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (BRASIL, 2013). O programa tinha por meta principal atingir a oferta de 1 milhão de bolsas de estudos no período compreendido de 2016 a 2019, tendo alcançado a marca de 3.544.673 bolsas nesse período, com um acréscimo de 374% entre o número de bolsas ofertados em 2016 e as ofertadas em 2019 (BRASIL, 2021b).

Contudo, ambas políticas, FIES e PROUNI, não abrangem outros fatores determinantes da evasão, se não o financeiro atrelado ao custeio de mensalidades. De forma concreta, tem-se estudos realizados por Silva e Santos (2017) nos quais foi observado que o PROUNI representou uma redução de evasão melhor sucedida do que a redução produzida pelo FIES. Tal fato, os autores supõem relacionar-se a qualidade dos cursos e IES, uma vez que a maior parte dos contratos celebrados por

meio do FIES entre 2007 e 2013 concentram-se em IES com Índice Geral de Cursos (IGC) igual a 3,0 (três) e em cursos com Conceito Preliminar de Curso (CPC) 0 (zero) e 3,0 (três), esse último somando mais de 27% dos contratos; considerando que a evasão é maior em cursos com menos qualidade.

Outra política que se mostrou conceitualmente relevante para a contenção da evasão foi o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pela Portaria MEC nº 39 de 12 dezembro de 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010 e seu derivado Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais (PNAEST), instituído pela Portaria Normativa nº 25, de 28 de dezembro de 2010.

Esses dois programas essencialmente se prestam a ofertar assistência aos estudantes do ensino superior em amplo aspecto, pensando em dez áreas de atuação que vão desde a alimentação até a creche para filhos de estudantes (BRASIL, 2010). No entanto, avaliar os resultados do programa no que tange a alcance dos objetivos principais propostos na legislação, de acordo com Andrade e Teixeira (2017) é algo que guarda suas dificuldades, uma vez que as Universidades que desenvolvem o programa preenchem para o MEC formulários que fornecem quantitativos numéricos de alunos beneficiados, valores empenhados, infraestrutura criada, mas não prestam informações de quanto esse programa, de fato, produziu em termos de redução da retenção e evasão universitária.

Ainda sobre o PNAES, como resultado de estudo quantitativo realizado em determinada universidade, Andrade e Teixeira (2017) constataram que o apoio pedagógico, saúde, moradia, transporte e acessibilidade foram as áreas do PNAES que exerceram maior influência na permanência na graduação. Detectou-se ainda, dentre os estudantes com filhos menores de cinco anos de idade, que o apoio familiar foi igualmente importante para diminuir o efeito da conciliação de cuidados com os filhos e dedicação aos estudos, para a permanência e conclusão da graduação.

Retomando a questão da vulnerabilidade econômica dos estudantes, o Programa Bolsa Permanência (PBP), criado pela Portaria MEC nº 389 de 9 de maio de 2013, constituiu uma política que ofertou bolsas para os alunos matriculados em cursos de graduação em instituições federais na condição de cotistas sendo, portanto, uma política direcionada à IES pública. Com a expansão ocorrida no ensino superior nos últimos anos resultado do aumento de vagas e criação de universidades o acesso

por estudantes economicamente menos favorecidos também foi ampliada, contudo, ao adentrar nesse universo universitário o estudante é afetado pelo custo financeiro e de oportunidade que o meio lhe implica. Nesse contexto, o recebimento de benefícios como o Bolsa Permanência mostraram-se como medidas importantes para garantir a permanência desse estudante, porém, estudos acerca dos efeitos práticos desses benefícios são escassos na literatura (SACCARO; FRANÇA; JACINTO, 2016).

Ainda sobre os estudos realizados por Saccaro, França e Jacinto (2016) acerca do bolsa permanência, estes apontaram que as mulheres tem mais chances de serem beneficiadas assim como são maiores as chances de estudantes mais jovens. Também constataram que a taxa de evasão dentre os beneficiados pelo programa foi inferior em relação aos não beneficiados, sugerindo que o programa pode produzir um equilíbrio entre o aumento do acesso ao ensino superior e abandono decorrente da ausência de condições de permanência.

Há que se considerar, porém, que o Bolsa Permanência, ao abranger tão somente alunos cotistas, configura-se como um programa bastante restrito uma vez que em 2019, por exemplo, beneficiou apenas 22.017 estudantes, quando nesse mesmo ano foram ofertadas 837.809 vagas nas IES públicas do país, obteve-se um total de 559.293 ingressantes e um total de 2.080.146 matriculados (BRASIL, 2020b). Tais números demonstram que o Bolsa Permanência alcançou apenas 1,05% dos estudantes matriculados nas IES públicas no ano de 2019. Referido percentual é reduzido para 0,6% se considerado o total de 3.633.320 alunos matriculados no ensino superior em 2019.

Outra política voltada a promover a permanência do estudante no ensino superior, o Programa Bolsa Permanência ProUni (PBP-PROUNI) foi regulamentado pela Portaria Normativa nº 19, de 14 de setembro de 2011, e consubstanciava-se em ofertar apoio financeiro a estudantes bolsistas integrais do ProUni com renda máxima de 1,5 salários mínimos por pessoa do grupo familiar. A bolsa era estipulada em valor fixo de R\$400,00, concedida mediante requerimento do estudante matriculado em curso com duração de no mínimo três anos. O programa tinha por meta alcançar a totalidade dos estudantes aptos a receber a referida bolsa, sendo essa destinada ao custeio de despesas relativas aos estudos, tais como material didático, transporte, dentre outros. Como resultado, em 2019 o PBP-PROUNI conseguiu atender a uma média de 8.649 estudantes por mês dentre um universo de mais de 11 mil estudantes

aptos a receber a bolsa, representando 74.5% de cobertura pelo programa (BRASIL, 2021b).

Além dessas, outras políticas/programas foram implantadas ao longo dos anos, dentre as quais pode-se citar o Programa de Apoio À Extensão Universitária (PROEXT), Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para as Carreiras Acreditadas pelo Sistema ARCU-SUL (MARCA), Programa Educação Tutorial (PET), Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir), o SISU e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (BRASIL, 2021b).

De todo o conjunto das políticas públicas destinadas ao ensino superior, pode-se verificar, que parte delas são direcionadas ao setor privado, no entanto, a maior parte está vinculada a instituições de ensino superior público, assim como sua maioria tem como objeto principal a ampliação do acesso ao ensino superior e não diretamente a redução da evasão, que acaba sendo, em alguns casos, um resultado subsidiário.

Diante da análise de todo o material bibliográfico coletado e aqui sintetizado, foi possível constatar que a desigualdade social guarda uma relação muito próxima com todo o universo da educação, desde as condições de acesso à educação ainda primária, passando pelo rendimento e aproveitamento nessa fase dos estudos, e é iminente quando se trata do acesso ao ensino de nível superior e ainda na sua conclusão ou abandono (evasão).

Sobressaiu ainda das análises realizadas que a desigualdade social não se materializa apenas em aspectos de ordem econômica e financeira, mas racial e também em aspectos culturais, onde a herança cultural prévia mostrou-se importante na apreensão e compreensão dos conhecimentos oferecidos pela escola na fase primária, mas com reflexos na formação superior, posto que a falta de uma base educacional consistente importa ao indivíduo dificuldades de acesso ao ensino superior, ou, quando estas são superadas, dificuldades para concluir a formação que culminam na evasão.

Para operacionalização da presente pesquisa empregou-se como conceito de evasão, aquele apresentado por Silva Filho et al. (2007) para evasão total, o qual define como evasão a condição do aluno que ingressa em um curso de determinada

IES e não obtém o devido diploma por deixar o referido curso sem concluí-lo, sendo assim, sinônimo de desistência ou abandono, termo frequentes na literatura.

## **2.6 O cenário do ensino superior no município de Unaí-MG**

Considerando o contexto encontrado na bibliografia pesquisada acerca da evasão no ensino superior, a presente pesquisa propôs-se ao estudo da evasão no ensino superior, no âmbito do município de Unaí, que está localizado na região noroeste do estado de Minas Gerais e conta com uma população estimada, segundo o IBGE, 84.930 pessoas em 2020. A economia do município é baseada principalmente no agronegócio e no setor de serviços. Esses dois setores, em 2002, representaram juntos 79,8% do PIB do município. Ressalta-se ainda que, apesar do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) igual a 0,86 registrado no ano 2000, número considerado alto, a economia de Unaí é caracterizada por uma enorme desigualdade na distribuição de renda que alcançou o terceiro lugar no estado de Minas Gerais nesse mesmo ano (OLIVEIRA, 2008). Em número mais atuais, tem-se que no ano de 2018 a média salarial mensal entre os trabalhadores formais do município encontrava-se na faixa dos 2,2 salários mínimos (BRASIL, 2020c).

No que se refere ao ensino superior do município de Unaí/MG, este conta com instituições de ensino tanto públicas quanto privadas, de ensino presencial e também na modalidade de Ensino à Distância (EaD) e conta com alunos oriundos não apenas de Unaí, mas de vários municípios que integram a região noroeste do estado de Minas Gerais.

Sendo Unaí o polo regional do ensino superior, o município recebe alunos de ao menos 16 municípios vizinhos, os quais situam-se em distâncias que variam de 60 a 290 quilômetros da cidade de Unaí. Os estudantes oriundos dessas cidades vizinhas, utilizam de transporte escolar fornecido pelos seus municípios de origem e necessitam percorrer todos os dias longas distâncias. Diante disso também é possível propor que as diversas dificuldades impostas pela distância existente entre suas residências e as instituições de ensino superior da cidade de Unaí, são fatores dificultadores da permanência e conclusão dos estudos.

Outra característica consideravelmente importante, é o fato de que os estudantes do ensino superior de Unaí são, em sua quase totalidade, egressos do ensino médio público. Afirmativa baseada nos dados do INEP apurados por meio do

censo da educação 2020, o qual constatou que, nesse ano, o município de Unaí contou com 2.893 alunos matriculados no ensino médio da rede pública e 276 matriculados na rede particular. Somados os matriculados no ensino médio regular nos 17 municípios que compõem a região noroeste de Minas Gerais, tem-se o total de 13.741 alunos, dos quais 12.876 estão matriculados na rede de ensino público estadual (BRASIL, 2020b).

Corroborando com esse entendimento o fato de que apenas cinco dos 17 municípios da região possuem escolas privadas com oferta de ensino médio, o que permite concluir que, dentre a população atualmente integrante do ensino superior de Unaí, predomina a origem do ensino público.

Outros dados importantes são apresentados pela administração pública municipal de Unaí. Dados do ano de 2010, apurados nos levantamentos do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), no qual apontam que a dimensão que mais cresceu foi a educação. Segundo esses dados, em 2010, Unaí contava com 2,76% da sua população de 15 a 17 anos de idade, frequentando o ensino superior, percentual que subia para 14,59% dentre a população de 18 a 24 anos. Ainda na faixa etária de 18 a 24 anos destaca-se que 71,47% não frequentavam qualquer nível de ensino e, dentre a população adulta de modo geral (18 anos acima), apenas 8% contavam com curso superior completo, nesse mesmo ano (UNAÍ, 2015).

Atualmente, a cidade de Unaí conta com três instituições de ensino superior cujo campus sede localizam-se na cidade, segundo consulta pública do e-MEC, e outras 20 instituições que ofertam cursos por meio de Campus secundários e polos de EaD. Essa estrutura de instituições de ensino superior juntas, oferecem 179 cursos de graduação distintos, sendo 26 presenciais e 153 no formato EaD. Dentre as instituições que atuam no município, duas são instituições públicas, uma federal e outra estadual, ambas oferecendo tão somente cursos presenciais. Outro dado relevante são as vagas disponíveis. Ainda segundo dados da consulta pública do e-MEC, é de 2.695 o total de vagas anuais autorizadas para os cursos presenciais em funcionamento na cidade de Unaí (BRASIL, 2021a).

No que tange a evasão no ensino superior no município de Unaí, o que existe oficialmente são os dados apresentados pelos Indicadores de Trajetória de Curso de Graduação divulgados pelo INEP para o ano de 2019, considerando os alunos ingressantes em 2015, apontando as taxas de permanência, conclusão e desistência

dos alunos dos cursos de graduação durante o período de 2015 a 2019. Esse indicador, que utiliza-se de um acompanhamento longitudinal do percurso do aluno desde seu ingresso até a desvinculação do curso, seja pela conclusão ou desistência e tem por base os dados coletados por meio do CENSUP, permite identificar o percentual de estudantes que ingressaram e abandonaram seus cursos, antes da conclusão (BRASIL, 2020a).

Pelos dados apresentados nos Indicadores de Trajetória, pôde-se identificar que, no município de Unaí, foram acompanhados 21 cursos de graduação de cinco instituições distintas, os quais tiveram uma soma de 1.150 alunos ingressantes no ano de 2015. Dentre esses mesmos cursos verificou-se que a média da TDA foi de 49,6% (BRASIL, 2020a). Quando analisado esse mesmo indicador para os 884 ingressantes do ensino superior de Unaí do ano de 2017, em 22 cursos de graduação acompanhados até o ano de 2021, a média da TDA foi de 47% (BRASIL, 2021c).

Tais dados são claros em demonstrar a existência de uma evasão considerável dentre os alunos do ensino superior do município, contudo, são números que não fazem referências as causas dessa descontinuidade do processo formativo, que precisam ser conhecidas, para que possam ser trabalhadas e reduzidas de modo a fazer frente ao problema.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Tipo de Estudo**

Essa pesquisa foi realizada por meio de estudo transversal descritivo de abordagem quantitativa e qualitativa, por ter-se considerado este o melhor método a ser aplicado, tendo em vista o quantitativo de pessoas que integraram a população da pesquisa e o quantitativo de variáveis que foram analisadas.

A pesquisa de natureza quantitativa, para Martins e Theóphilo (2016) é aquela que permite quantificar e mensurar os dados e evidências coletados, filtrá-los, organizá-los e tabulá-los por meios de técnicas estatísticas que visam descrever esse conjunto de dados.

O estudo descritivo, nas palavras de Araújo (2011), presta-se a descrever, tal como sugere o nome, uma realidade sem o intuito de explicá-la ou mesmo nela intervir de alguma forma. Defende, o autor, que esse tipo de estudo é fundamental quando pouco se conhece sobre determinado tema.

Quanto a característica de estudo transversal, Araújo (2011) define-o como o tipo de estudo que descreve ou visualiza determinada situação em determinado momento e, portanto, permitem uma análise de uma associação sobre a população pesquisada que poderá identificar desfechos e seus fatores associados, como o grau dessas associações.

Assim, considerando o problema de pesquisa proposto, seu objeto e objetivos, e ainda a população sujeito da pesquisa, o estudo descritivo transversal apresentou-se como a forma mais adequada para o seu desenvolvimento, posto que não fora realizado um acompanhamento sistemático dos alunos evadidos do ensino superior, mas um levantamento pontual dos fatores que se constituíram como impeditivos ou dificultadores da continuidade dos estudos, dentre os alunos evadidos no período de 2015 a 2021.

#### **3.2 Local de Estudo**

A pesquisa foi realizada em uma instituição de ensino superior privada de modalidade presencial situada no município de Unaí/MG. O município, que está localizado na região noroeste do estado de Minas Gerais, conta com uma população



de mais de oitenta mil habitantes, Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de R\$38.850,78 para o ano de 2018 segundo dados do IBGE (BRASIL, 2020c). A cidade é o polo econômico da região e o maior PIB agrícola do Estado de Minas Gerais (OLIVEIRA, 2008).

No que tange a educação, o município conta com 11 instituições de ensino médio, dentre públicas e privadas, possuindo em 2018 um total de 3.665 alunos matriculados nesse nível de ensino (BRASIL, 2020c). No entanto, o público do ensino superior do município de Unaí não se restringe apenas aos egressos do ensino médio da localidade, mas abrange uma microrregião formada por 17 municípios e mais de treze mil alunos matriculados no ensino médio, na qual Unaí é referência no ensino superior (BRASIL, 2020e).

Voltando os olhares para o ensino superior, a cidade de Unaí conta com três instituições privadas de ensino presencial, cujos campos sede localizam-se na referida cidade e ainda, 20 instituições que atuam na cidade por meio de campus secundários e polos de EaD.

A instituição de ensino objeto da presente pesquisa, foi escolhida pela sua expressividade no cenário do ensino superior da localidade, sendo uma das três maiores em número de alunos e cursos, recebendo alunos tanto de Unaí como de outras cidades da região. Tais características da instituição permitiu a composição de uma amostra com uma diversidade de características suficientes para a máxima abrangência nos resultados da pesquisa.

Trata-se de instituição de ensino privada, com campus sede localizado no centro da cidade de Unaí, a qual oferta cursos exclusivamente presenciais, sendo os cursos de Enfermagem, Farmácia, Medicina Veterinária, Psicologia e Serviço Social, de acordo com dados verificados a partir do sistema e-MEC.

A IES foi credenciada no ano de 2008 e iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2009, com os cursos de Enfermagem e Medicina Veterinária, em 2010 teve autorizado o curso de Serviço Social e, no ano de 2016, os cursos de Farmácia e Psicologia. Atualmente a instituição conta com cerca de setecentos alunos matriculados, sendo estes oriundos não apenas da cidade de Unaí, mas também de municípios vizinhos, conforme informações da própria IES.

### **3.3 População**

A amostra definida para a pesquisa foi composta por estudantes da instituição de ensino escolhida, evadidos no período de 2015 a 2021, aplicando-se para tanto o entendimento de evasão como uma classe geral, compreendendo todos os estudantes que saíram da instituição de ensino sem concluir o curso. Desta forma, não houve exclusão em função da categoria em que se enquadre esse estudante, quais sejam trancamento, abandono, transferência ou outra (SANTOS, 2011).

Foram inseridos na amostra todos os estudantes evadidos no período referenciado, independente de idade, sexo, período de conclusão de ensino médio, quantidade de períodos estudados, ou qualquer outro aspecto relativo ao perfil do aluno ou sua trajetória acadêmica. Tais características, no entanto, foram consideradas na análise dos dados.

De acordo com dados fornecidos pela própria instituição de ensino, objeto das análises realizadas na primeira etapa da pesquisa, no período de 2015 a 2021 houve um acumulado de 580 alunos que efetivaram matrícula em um dos cinco cursos oferecidos na instituição e deixaram de frequentar os mesmos. Parte desses estudantes não procuram a instituição para formalizar seu desligamento, deixando apenas de renovar a matrícula no semestre seguinte.

A participação dos integrantes da amostra na pesquisa se deu por meio de resposta voluntária ao questionário semiestruturado proposto, aplicado por meio de formulário eletrônico GoogleForms®.

### **3.4 Fases da Pesquisa**

A presente pesquisa foi desenvolvida em duas etapas. Uma primeira fase exploratória e de levantamento bibliográfico acerca do tema, pela qual foi possível reunir referência para a segunda fase, constituída da coleta e análise de dados secundários fornecidos pela IES e, ainda, dados obtidos por meio do questionário aplicado aos alunos evadidos,

Nessa fase exploratória foram revisados estudos consolidados, dados publicados pelo INEP, como resultado do CENSUP, Indicadores de Trajetória e outros que versam sobre o perfil do ensino superior no Brasil e na localidade definida para a pesquisa.

A fase exploratória também serviu para construção de parâmetros que foram empregados tanto na elaboração do questionário como na análise dos dados obtidos, a exemplo, cite-se o aspecto financeiro que sobressai na maioria das pesquisas, como um dos fatores determinantes da evasão, logo, foi um importante parâmetro investigado, dentre os estudantes evadidos.

A segunda fase, a qual compreendeu a coleta de dados junto a instituição de ensino, constituindo-se de dados secundários, reunidos pela instituição a partir do seu acervo e registros acadêmicos dando conta do número de estudantes evadidos no período proposto e demais informações que foram úteis à pesquisa no que tange a caracterização do perfil da população pesquisada e apontaram características que puderam ser associadas a fatores trazidos por pesquisas consolidadas.

O questionário semiestruturado aplicado aos estudantes evadidos da instituição de ensino apontada, elaborado pela pesquisadora possibilitou a obtenção de informações úteis a identificação dos fatores determinantes dessa evasão, ainda que de forma amostral, tendo em vista o reduzido número de respostas obtidas; um total de 15 (quinze) em um universo de 580 alunos evadidos.

O formulário de pesquisa foi composto por uma parte destinada a caracterização socioeconômica do entrevistado, levantamento de informações tais como idade, sexo, grau de instrução dos pais. Ainda a identificação do curso no qual havia se matriculado, a forma de ingresso, forma e período de integralização do ensino médio, localidade de residência, fatores que determinaram a escolha do curso e, principalmente, os fatores que determinaram sua evasão.

No que tange aos possíveis fatores determinantes da evasão, o questionário apresentou um hall de alternativas composto pelos principais fatores que emergirem na fase exploratória, sendo permitido a associação de um ou mais fator, pelo entrevistado. Também fora perguntado se após o abandono do curso referido esse estudante ingressou em outro curso na mesma, ou em instituição diversa. O formulário contou ainda com uma parte subjetiva, aberta para o que o respondente fizesse seu próprio relato da experiência com o ensino superior, podendo apresentar considerações e informações que por ventura não tenham sido abrangidas na parte objetiva do formulário.

Também foram propostas duas questões referentes a programas de apoio a permanência do estudante no curso, seja esse programa governamental ou instituído

pela instituição e ensino. Tais questões foram inseridas numa tentativa de aferir quanto, dentre os evadidos, eram estudantes beneficiados por programas de apoio e ainda assim, abandonaram os estudos.

Por fim, para propiciar uma análise qualitativa do contexto em que se deu a evasão desses estudantes, foi inserido um espaço para um relato subjetivo, partindo do entendimento de que o fenômeno da evasão universitária apresenta um contexto causal multifatorial, que não se recepiona de maneira integral nem sobre o qual se alcança uma compreensão mais abrangente, tomando-se por base apenas uma pesquisa por questões objetiva.

Os dados coletados foram tabulados utilizando-se como ferramenta planilhas do Microsoft Office Excel® Versão 2016, geradas a partir do próprio Formulário Google® e do banco de dados fornecido pela instituição de ensino. A partir dessa tabulação foi realizada uma análise descritiva dos números obtidos.

## 4 ANÁLISE E DISCUÇÃO

A análise que segue debruça-se sobre dados obtidos a partir de duas fontes. A primeira parte constitui-se de dados fornecidos pela instituição de ensino e a segunda constitui-se de dados obtidos a partir das respostas dos alunos evadidos, no período referenciado, ao questionário semiestruturado, proposto como instrumento de coleta de dados.

Foi necessário utilizar-se dessas duas fontes de dados pelo fato de o banco de dados da instituição não conter qualquer informação acerca dos fatores motivadores da evasão dos alunos. Por meio do banco de dados da instituição foi possível fazer um desenho do perfil da população de alunos evadidos e também correlacioná-la com a população de alunos matriculados.

De início é importante lembrar que a instituição pesquisada oferta cursos somente na modalidade presencial, segundo dados disponíveis no sistema e-MEC. Confrontando essa informação aos dados sobre as matrículas por modalidades de ensino, divulgadas no CENSUP 2021, nota-se que a franca expansão do ensino na modalidade EaD, ocorrida a partir de 2015 conforme demonstrada abaixo, por si só representa um fator favorecedor à evasão na instituição pesquisada.

Figura 1: Número de ingressos em cursos de graduação, por modalidade de ensino no período de 2011-2021, CENSUP, 2021.

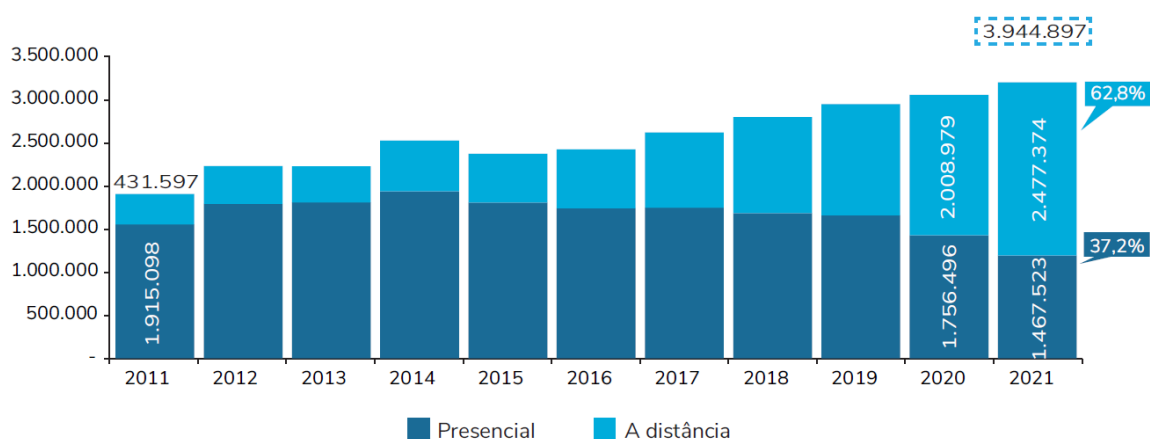


GRÁFICO 6

NÚMERO DE INGRESSOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO, POR MODALIDADE DE ENSINO – 2011-2021

Fonte: Notas Estatísticas Censo da Educação Superior (2021)

Para levantamento dos dados foi adotado como conceito de evasão o mesmo empregado por Silva Filho et al. (2007), denominado evasão anual média:

1. A evasão anual média mede qual a percentagem de alunos matriculados em um sistema de ensino, em uma IES, ou em um curso que, não tendo se formado, também não se matriculou no ano seguinte (ou no semestre seguinte, se o objetivo for acompanhar o que acontece em cursos semestrais). Por exemplo, se uma IES tivesse 100 alunos matriculados em certo curso que poderiam renovar suas matrículas no ano seguinte, mas somente 80 o fizessem, a evasão anual média no curso seria de 20%. (Silva Filho et al., 2007, p. 642)

Assim, tomou-se por aluno evadido aquele que em dado momento efetuou sua matrícula em um dos cursos de graduação da IES pesquisada, dentro do período compreendido em 2015 e 2021, mas que não deu continuidade aos estudos no semestre seguinte, tendo trancado a matrícula ou apenas abandonado o curso.

Não foram excluídos alunos que tenham retomado os estudos posteriormente a um semestre de abandono, posto que o objetivo do estudo foi verificar a motivação dessa evasão que se tem por consumada, ainda que o intervalo entre a evasão e o retorno seja tão somente de um semestre.

Pelo banco de dados fornecido pela instituição de ensino foi possível levantar um total de 580 alunos evadidos no intervalo de 2015 a 2021, distribuídos em cada ano conforme tabela 1 e gráfico 1 abaixo:

Tabela 1 – Alunos evadidos x alunos matriculados na IES no período 2015-2021

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
EVADIDOS	105	96	112	91	45	48	83
MATRICULADOS	364	528	760	787	863	842	773
% DE EVADIDOS	28,80%	18,18%	14,73%	11,56%	5,20%	5,70%	10,73%

Fonte: Elaborado pelo autor.

O expressivo aumento no número de alunos matriculados a partir do ano de 2016 é resultado da abertura de dois novos cursos na instituição, Farmácia e Psicologia. Apesar do aumento considerável no número de matriculados o número de evadidos não acompanhou a mesma proporção, o que pode ser melhor visualizado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Alunos Evadidos na IES no período de 2015-2021



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota-se que 2015 foi o ano com maior percentual de evasão na proporção com o número de matriculados, mas 2017 foi a maior evasão em números gerais. Surpreende a evasão registrada no ano de 2020, sendo a segunda menor evasão no período observado, ante ao fato de 2020 ter sido o ano acometido pela pandemia da Covid-19 que tanto impactou esse segmento de ensino.

A média de idade dentre os alunos evadidos da IES apresenta pouca variação tanto na média geral como no comparativo entre indivíduos do sexo masculino e feminino, e ainda, pouca variação entre os anos verificados, oscilando entre 21 e 28 anos; como se pode verificar na tabela dois. Destoa desta faixa etária apenas a média masculina do ano de 2021, a qual atingiu 31,87 anos, mas que recebeu a influência de um aluno de 62 anos, do curso de psicologia que efetuou matrícula e desistiu do curso com 44% da carga horária concluída.

Tabela 2 – Média de idade dos alunos evadidos na IES entre 2015-2021

2015			2016			2017			2018			2019			2020			2021		
Ger	M	F	Ger	M	F	Ger	M	F	Ger	M	F	Ger	M	F	Ger	M	F	Ger	M	F
22,5	22,0	22,9	24,2	23,4	25,0	23,6	23,3	23,9	22,5	22,0	22,9	25,9	23,8	27,9	23,0	23,6	22,4	26,5	31,8	21,2

Legenda: Ger – Geral, M – Masculino, F - Feminino

Fonte: Elaborado pelo autor.

No quesito proporção de homens e mulheres no ambiente universitário os dados do Censo da Educação Superior têm apresentado predomínio feminino no número de matrículas, atingindo 72,5% no ano de 2021 (BRASIL, 2022), número

semelhante ao encontrado nos alunos matriculados na IES pesquisada no período observado. Na análise associativa entre sexo e evasão, a bibliografia aponta que as mulheres tendem a uma maior evasão dos estudos, visto a dupla jornada e fatores como a incompreensão e pressão por parte da família sobre o abandono do núcleo familiar para dedicação aos estudos e emprego (RANGEL, 2019).

Contudo, os dados apresentados na tabela 3, compilados a partir do banco de dados da IES pesquisada, demonstram basicamente a mesma proporção, entre ambos os sexos, tanto no grupo de alunos evadidos, como no grupo de alunos matriculados. Esses números permitem concluir que o fator sexo não apresentou relevância determinante no abandono dos estudos no período observado e que homens e mulheres evadiram na mesma proporção, nessa IES.

Tabela 3 – Proporção de homens e mulheres entre alunos matriculados e evadidos da IES no período de 2015-2021

ANO	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021	
Alunos	M*	E*	M	E	M	E	M	E	M	E	M	E	M	E
Feminino	71%	75%	68%	71%	74%	72%	73%	71%	74%	71%	76%	71%	76%	77%
Masculino	29%	25%	32%	29%	26%	28%	27%	29%	26%	29%	24%	29%	24%	23%

Legenda: M – matriculados, E – evadidos

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir dos dados recebidos também foi possível extrair os percentuais da evasão em cada curso ofertado pela instituição, em cada ano acompanhado. A tabela 4 descreve os percentuais encontrados e o gráfico 2 permite uma visualização dinâmica do padrão que o processo de evasão adotou, em cada curso, e também a nível de instituição.

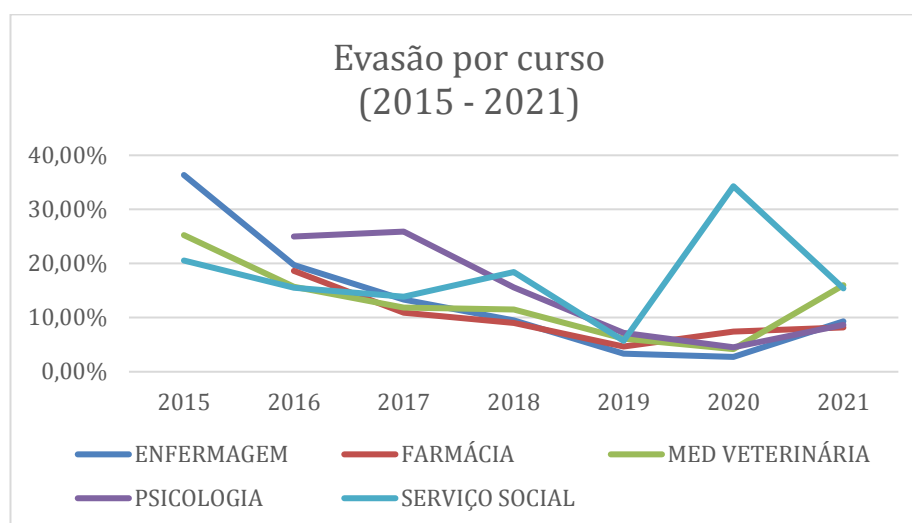
Tabela 4 – Percentual de evasão por curso na IES no período de 2015-2021

CURSO	ANO						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
ENFERMAGEM	36,36%	19,75%	13,36%	9,52%	3,34%	2,74%	9,33%
FARMÁCIA	-	18,64%	10,90%	9,01%	4,66%	7,40%	8,20%
MED VETERINÁRIA	25,25%	15,71%	11,86%	11,53%	6,14%	4,18%	16,02%
PSICOLOGIA	-	25,00%	25,90%	15,60%	7,18%	4,52%	8,69%
SERVIÇO SOCIAL	20,58%	15,55%	13,88%	18,40%	5,71%	34,28%	15,38%

Fonte: Elaborado pela autora



Gráfico 2 – Evasão por curso na IES no período de 2015-2021



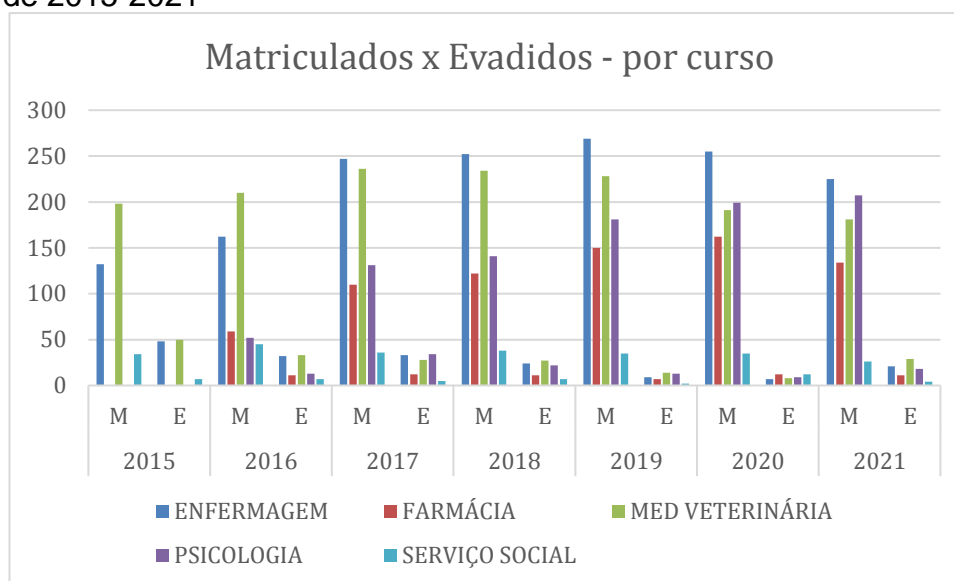
Fonte: Elaborado pelo autor.

Na análise da evasão por curso, percebe-se uma tendência geral de queda até 2020 e um sutil aumento do índice em 2021. O curso de psicologia, desde o início de suas atividades em 2016, apresentou percentuais de evasão mais altos que os demais cursos, o que talvez possa ser explicado pela baixa média de idade observada dentre os alunos evadidos do curso, ou ainda pelo baixo número de incentivos financeiros recebidos, seja por política públicas ou pela própria instituição, dentre os alunos do curso.

Destoa do padrão de redução de evasão, o curso de serviço social, no ano de 2020, apresentando uma evasão acima dos 34% do total de matriculados. Destaca-se aqui, que o curso de serviço social da IES tem sofrido com uma baixa demanda, resultando num baixo número de alunos matriculados, conforme pode ser verificado na tabela 1 - Alunos evadidos x alunos matriculados na IES no período 2015-2021. Essa baixa demanda e alta evasão pode ser atribuída ao fato de o curso ser presencial e ter mensalidade pouco competitiva com aquelas praticadas pelos cursos de Serviço Social da modalidade EaD.

No comparativo exposto pelo gráfico 3, entre alunos matriculados e evadidos, por curso, fica ainda mais nítido que a evasão no curso de psicologia, quando pensada na proporção para com o número de alunos matriculados no curso, supera os demais, com exceção apenas para o ano de 2015, quando ainda não havia o curso na IES, e os anos de 2020 e 2021, quando neste houve maior evasão na medicina veterinária, e naquele, o serviço social predominou, conforme já apresentado.

Gráfico 3 - Comparativo: alunos matriculados x evadidos por cursos na IES no período de 2015-2021



Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 5 - Percentual de Alunos com residência em cidade diversa da IES no período de 2015-2021

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>EVADIDOS</b>	43,80%	45,40%	69,60%	42,18%	25%	20%	38,33%
<b>MATRICULADOS</b>	40%	28,21%	44,48%	40,20%	39,19%	37,80%	40,29%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados expostos na tabela 5, extraídos e tabulados a partir do banco de dados fornecidos pela IES pesquisada, apresentam, tanto no grupo de alunos matriculados como no grupo de alunos evadidos, o percentual de alunos que residiam em localidades diversas da sede da IES em cada ano do período observado. A análise dessa proporção permite verificar claramente as seguintes situações:

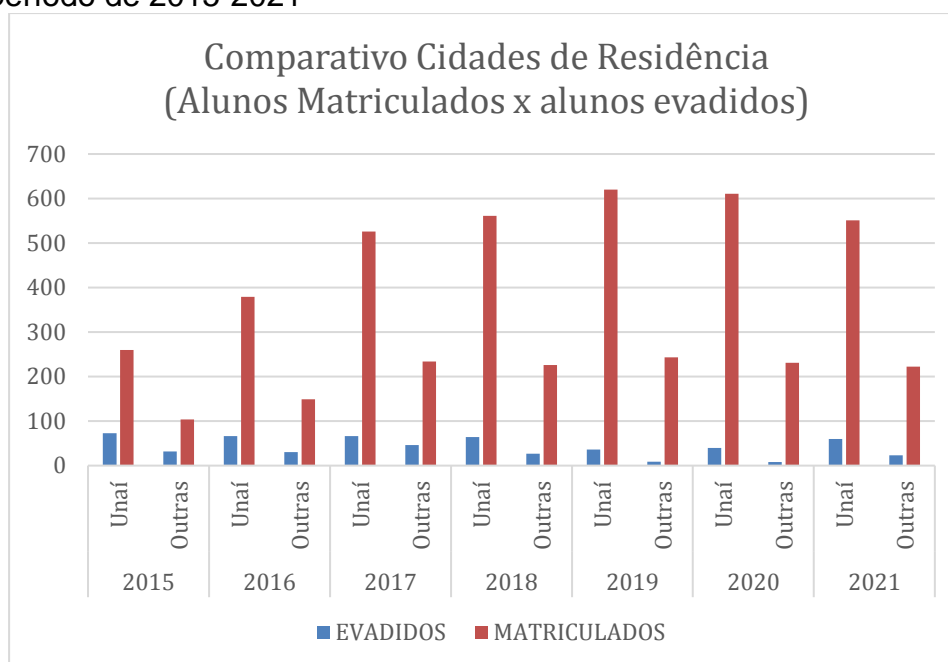
a) nos anos de 2016 e 2017 a evasão foi expressivamente superior dentre os alunos que residiam em cidades diversa da sede da instituição de ensino, em uma proporção muito superior ao número existente de alunos matriculados nessa mesma condição; em 2017, por exemplo, dentre os matriculados, pouco mais de 40% residiam fora da cidade de Unaí-MG, ao passo que dentre os evadidos o percentual era de quase 70%;

b) de modo contrário, em 2019 e 2020 observa-se que a evasão teve maior expressividade entre os alunos residentes na cidade de Unaí;

c) nos demais anos, a proporção de alunos que residiam fora da cidade de Unaí, tanto entre evadidos quanto matriculados, seguiu um padrão que não ultrapassou quatro pontos percentuais de variação de um grupo para outro.

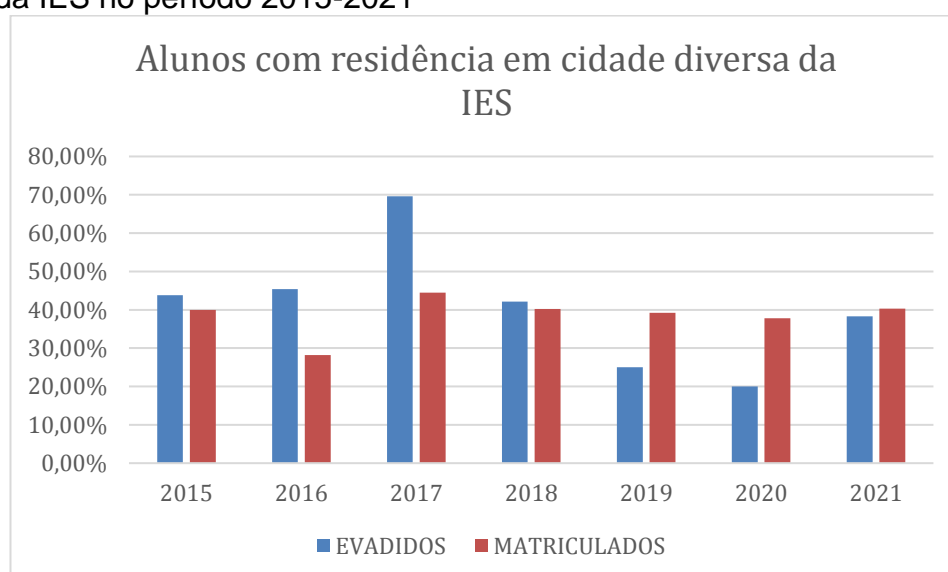
Corroboram com tal constatação os gráficos 4 e 5 abaixo:

Gráfico 4 – Comparativo cidades de residência: alunos matriculados x evadidos na IES no período de 2015-2021



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 5 – Comparativo alunos matriculados x evadidos que residem em cidade diversa da IES no período 2015-2021



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto ao ensino médio de origem, dentre os alunos evadidos da IES predomina, na maior parte dos anos observados, os egressos de escolas públicas (Tabela 6). São exceção os anos de 2015 e 2016, conforme pode ser observado na tabela abaixo. Tal informação não causa surpresa visto que na região em que está inserida a instituição, o número de matrículas na rede pública de ensino básico é muito superior às matrículas da rede privada. De acordo com o Censo da Educação do ano de 2020 dos poucos mais de 13 mil matriculados no ensino médio na região noroeste do estado de Minas Gerais, mais de 12 mil estavam matriculados na rede pública (BRASIL, 2020b).

Tabela 6 – Comparativo: Ensino Médio de Origem X Número de alunos evadidos na IES no período de 2015-2021.

2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021	
PÚBL.	PRIV.	PÚBL.	PRIV.	PÚBL.	PRIV.	PÚBL.	PRIV.	PÚBL.	PRIV.	PÚBL.	PRIV.	PÚBL.	PRIV.
55	50	48	48	71	41	78	13	32	13	38	10	50	33

Fonte: Elaborado pelo autor.

O grupo de alunos evadidos da instituição é predominantemente composto por indivíduos solteiros, seguindo o perfil também predominante no grupo de alunos matriculados, em todo o período observado. Logo, não se verifica, através dos dados, influência do estado civil casado, ou mesmo união estável, como fator associado a evasão, haja vista o estado civil dos alunos evadidos e matriculados, apresentarem proporções semelhantes e lineares, como verifica-se na Tabela 7:

Tabela 7 – Comparativo: Ensino Médio de Origem X Número de alunos evadidos na IES no período de 2015-2021.

	2015			2016			2017			2018		
ESTADO CIVIL	OUT.	CAS.	SOLT.	OUT.	CAS.	SOLT.	OUT.	CAS.	SOLT.	OUT.	CAS.	SOLT.
EVADIDOS	1	11	93	14	6	87	1	37	74	0	4	81
MATRICULADOS	6	47	311	7	71	450	4	94	662	4	90	693

	2019			2020			2021		
ESTADO CIVIL	OUT.	CAS.	SOLT.	OUT.	CAS.	SOLT.	OUT.	CAS.	SOLT.
EVADIDOS	0	1	44	0	3	45	2	5	76
MATRICULADOS	3	83	777	1	78	763	3	57	713

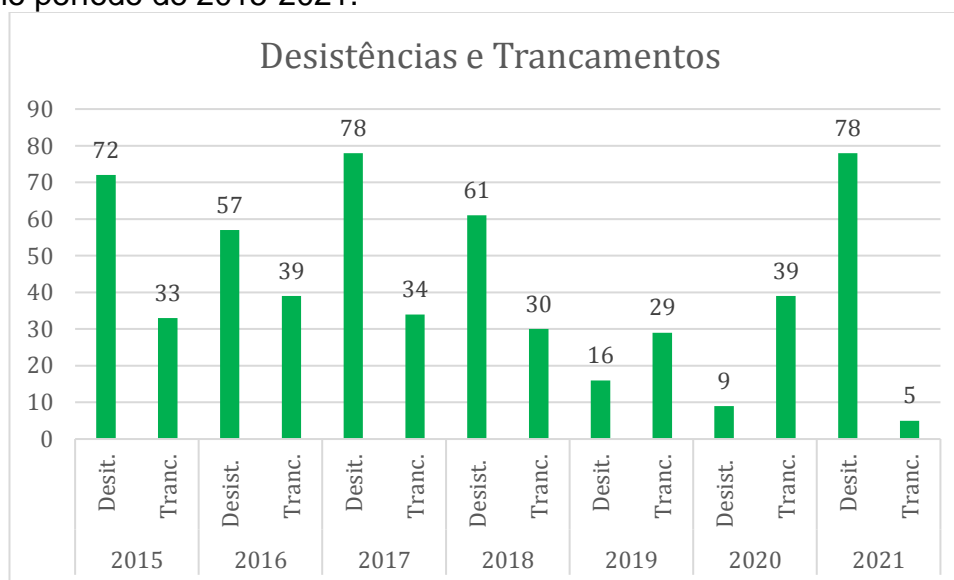
Fonte: Elaborado pelo autor.

Também merece destaque dentre os dados fornecidos pela IES, a grande disparidade existente entre o número de desistências e trancamentos de matrículas.

Cumpra aqui esclarecer que o aluno considerado desistente é aquele que abandona o curso de modo informal, sem manifestar junto a instituição de ensino o interesse no desligamento e tão pouco os motivos, ao passo que o aluno com matrícula trancada é aquele que procurou a instituição de ensino para solicitar seu desligamento, com trancamento da matrícula, ficando numa situação acadêmica que o permite retomar os estudos a partir do ponto de parada e ocupando a mesma vaga, sem a necessidade de submeter-se a novo processo seletivo, desde que observado o lapso temporal previsto no regimento geral da instituição.

O gráfico 6 permite visualizar claramente a disparidade de números de desistência e trancamento.

Gráfico 6 – Comparativo entre o número de desistências e o número de trancamentos na IES no período de 2015-2021.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados mencionados, têm como exceção apenas os anos de 2019 e 2020, quando de modo geral a evasão nessa IES foi expressivamente inferior comparado aos anos anteriores; também apresentou número de trancamento de matrículas superior ao número de desistências.

O quadro de desistência e trancamento permite compreender a dificuldade que a instituição de ensino enfrenta para fazer frente a essa evasão, posto que o aluno não manifesta seu interesse no desligamento e apenas deixa de frequentar o curso. Além de desconhecer as causas que levaram o aluno a abandonar o curso, a instituição, na maioria dos casos, somente observa essa evasão quando o setor de

cobranças procura o aluno inadimplente com as mensalidades, ou no semestre seguinte, quando não é realizada a renovação da matrícula.

O recebimento de apoio financeiro, tanto de programas governamentais como da própria IES, são dados que figuram nas informações prestadas pela instituição e chama a atenção pelo fato de que a maior parte dos alunos evadidos não contavam com qualquer tipo de apoio financeiro; cenário este que reforça a tese de que o fator financeiro tem relevante influência na evasão.

Vejamos a Tabela 8, a qual mostra de forma sistematizada o quantitativo de alunos evadidos com e sem apoio financeiro.

Tabela 8 – Comparativo: Apoio financeiro X Número de alunos evadidos na IES no período de 2015-2021.

Anos	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Apoio Financeiro														
Alunos Evadidos	20	85	41	55	59	53	43	48	15	30	3	45	34	49
(%)	19,04%	80,96%	42,70%	57,29%	52,67%	47,32%	47,25%	52,74%	33,33%	66,66%	6,25%	93,75%	40,96%	59,04%

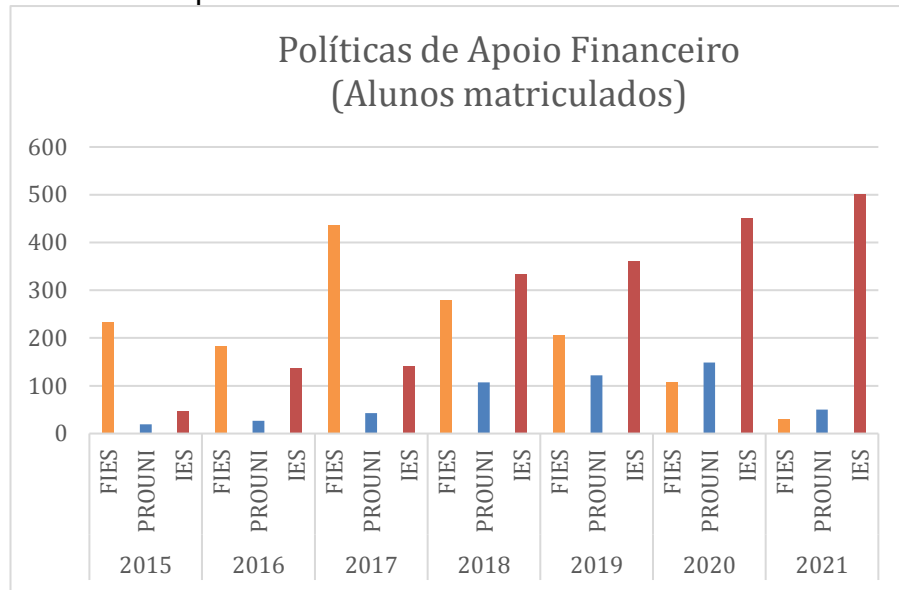
Fonte: Elaborado pelo autor.

Somente em 2017 o percentual de alunos beneficiários de alguma política de apoio financeiro, dentre os evadidos, conseguiu ultrapassar os 50%, ainda que de forma bem tímida. Por outro lado, o ano de 2020, apesar de a baixa evasão registrada, foi expressivo em evasão de alunos não beneficiários de apoio financeiro, visto que mais de 90% dos evadidos desse ano não contavam com amparo nessas políticas.

Ainda sobre as políticas de apoio financeiro, o gráfico abaixo apresenta, dentre os alunos matriculados na IES no período de 2015 a 2021, o número de beneficiários por natureza de política de apoio, destacando as políticas governamentais FIES e PROUNI, e classificando em um terceiro grupo todos os beneficiários de políticas da própria instituição.

O Gráfico 7 mostra claramente o fenômeno de ascensão das políticas de apoio financeiro movidas pela instituição a fim de fazer frente ao declínio do FIES, constatado a partir do ano de 2018, coincidentemente, ano da implantação do NOVO FIES por meio da Portaria MEC nº 209 de 07 de março de 2018.

Gráfico 7 – Comparativo entre políticas de apoio financeiro e o número de matriculados na IES no período de 2015-2021.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como pode ser visto, o FIES, até o ano de 2017, foi a política de apoio financeiro mais expressiva dentre os alunos matriculados na instituição pesquisada e, por consequência, também foi a política mais expressiva dentre os alunos evadidos beneficiários de algum tipo de apoio. Neste sentido, seguem os dados expressos no Gráfico 8 abaixo:

Gráfico 8 – Comparativo entre as políticas de apoio financeiro e o número de alunos evadidos na IES no período entre 2015-2021



Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se, portanto, que as políticas de apoio financeiro de fato têm sua relevância como pronta resposta à evasão no ensino superior, em especial políticas governamentais. Comparando o ano de 2017 exposto nos gráficos 7 e 8 tem-se comprovação dessa premissa, pois nesse ano observa-se um número de matriculados beneficiários do FIES muito maior que o número de matriculados beneficiários das políticas institucionais, contudo, a evasão foi muito superior neste grupo do que naqueles.

Importante fator a ser considerado nessa análise é o momento do curso em que essa evasão ocorre. Por meio dos dados fornecidos pela IES, foi possível identificar uma evasão expressiva na fase inicial do curso, com números concentrados no primeiro terço de duração do curso. Essa característica reforça uma associação a fatores como, não identificação com o curso, falta de orientação no momento da escolha e, principalmente, à ideia de que estando em fase mais avançada o aluno tende a concluir muitas vezes em função do tempo e valores já investidos.

O gráfico 9 apresenta o quantitativo de evadidos por percentual de conclusão do curso, ilustrando, com dados, a questão exposta:

Gráfico 9 – Comparativo entre o percentual de conclusão do curso e o número de alunos evadidos na IES no período entre 2015-2021.



Fonte: Elaborado pelo autor.



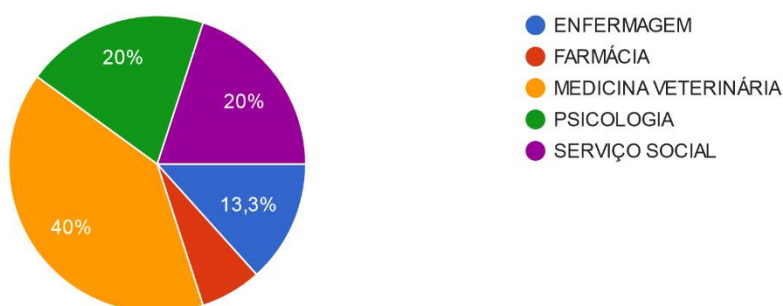
Apesar do considerável número de alunos evadidos no período observado, 2015 a 2021, o levantamento de dados por meio do questionário semiestruturado não obteve o quantitativo de respostas esperado. Do total de 580 alunos evadidos, somente 15 responderam ao questionário proposto. A baixa participação em muito se deve aos contatos desatualizados no banco de dados da instituição, uma vez que muitos números não pertenciam mais ao aluno referido e também ao próprio desinteresse do ex-aluno em participar, mesmo sendo orientado quanto ao objetivo do questionário.

O número de respostas obtido não constitui uma amostra com relevância estatística para fins de análises nesse sentido. Contudo, os dados obtidos servirão para uma análise pontual da perspectiva dos alunos evadidos participantes, sobre o contexto em que se deu a sua evasão.

O questionário esteve aberto para resposta no período de julho a dezembro de 2022 e obteve a participação de 15 alunos evadidos da instituição pesquisada. A média de idade atual dos respondentes é 28,11 anos, sendo 11 do sexo feminino e 4 do sexo masculino. Destaca-se ainda que, houve participação de todos os cinco cursos ofertados na instituição (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Alunos evadidos respondentes distribuídos por curso.

Curso em que se matriculou na FACISA:  
15 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

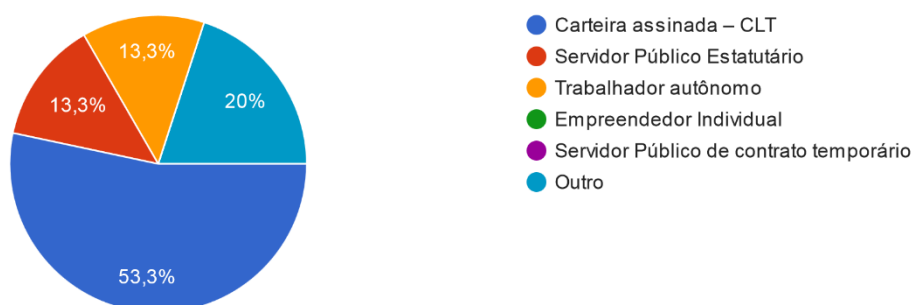
Quanto a renda, a média mensal da renda total do grupo familiar foi de R\$ 5.736,27 (cinco mil setecentos e trinta e seis reais e vinte e sete centavos), numa variação entre R\$500,00 (quinhentos reais) e R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) em grupos familiares com composição média de 3,13 pessoas.

Dentre os participantes da pesquisa, 73,3% declararam exercer algum tipo de atividade remunerada enquanto esteve vinculado à instituição e 53,3% trabalhavam sob regime celetista, ou seja, apesar de outros regimes também aparecerem na pesquisa, a maioria dos respondentes possuíam um trabalho formalizado, conforme segue demonstrado no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Tipos de regime de trabalho dos alunos evadidos respondentes do questionário.

Regime da atividade remunerada que exercia há época:

15 respostas



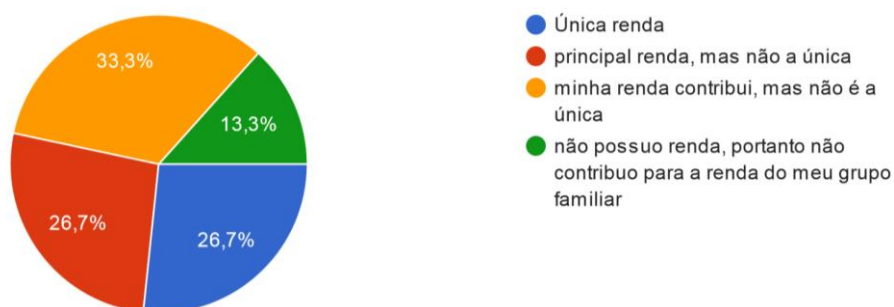
Fonte: Elaborado pelo autor.

A contribuição, no contexto do grupo familiar, da renda auferida pelo aluno evadido apresentou a seguinte proporção (Gráfico 12):

Gráfico 12 – Participação da renda financeira dos alunos evadidos no grupo familiar

O que a sua renda representa no grupo familiar?

15 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se dentre os evadidos, que a maioria (53,4%) era responsável pelo único ou principal provimento de renda para manutenção do seu grupo familiar, ao passo que apenas 13,3% não tinham participação na renda familiar.

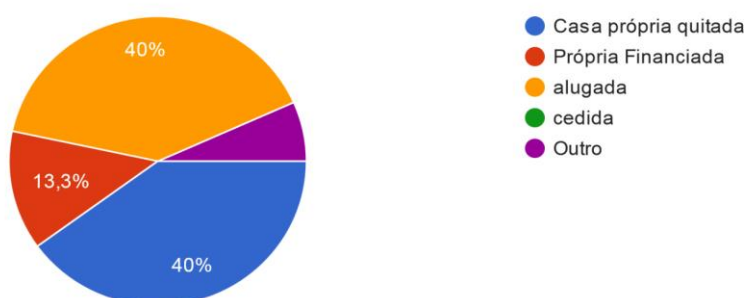
Acerca da condição de moradia desses alunos evadidos, chama-nos atenção o fato de a maioria dos respondentes contarem com residência do tipo alugada ou própria financiada (53,3%) permitindo-nos compreender que, dentre as despesas ordinárias desse grupo de alunos, figurava de forma expressiva, o gasto associado à moradia.

O dispêndio de recurso destinado a aluguel ou parcela de financiamento, na grande maioria das vezes consome fatia considerável do orçamento familiar, em especial quando esse orçamento é extremamente reduzido. O gráfico 13 e a tabela 9 que seguem ilustram a relação renda e moradia dos alunos participantes.

Gráfico 13 – Situação de moradia dos alunos evadidos.

Condição de Moradia:

15 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 9 – Condição de Moradia associada à renda

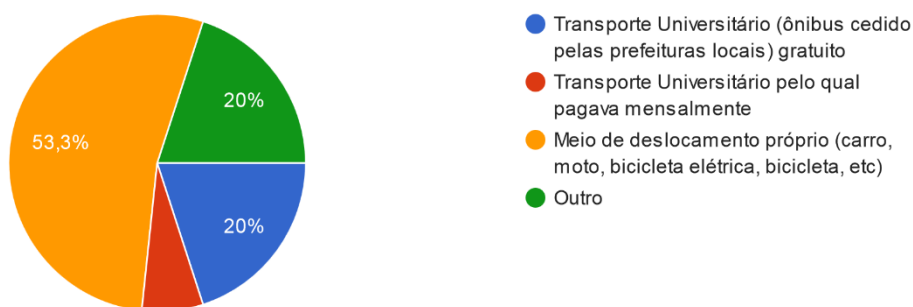
Renda mensal do Grupo familiar	Nº de alunos	Casa própria quitada	Casa Própria Financiada	Alugada	Cedida	Outro
Até R\$ 3.000,00	9	2	2	4	-	1
Até R\$ 10.000,00	4	3	-	1	-	-
Acima de R\$ 10.000,00	2	1	-	1	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto ao local de residência, 10 (dez) dentre os 15 participantes da pesquisa residiam na cidade Unai, local sede da instituição de ensino. Desse grupo, um total de 8 (oito) utilizavam meio de deslocamento próprio para ir até a faculdade. Dentre os alunos que residiam em cidades diversas da sede da instituição, apenas 01 (um) não utilizava transporte universitário e somente 01 (um) utilizava transporte universitário pelo qual pagava mensalmente. Os demais utilizavam transporte universitário gratuito, fornecido pelas prefeituras locais.

Gráfico 14 – Tipo de transporte utilizado pelos alunos evadidos para chegar à faculdade.

Qual tipo de transporte você utilizava para se deslocar até a faculdade?  
15 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

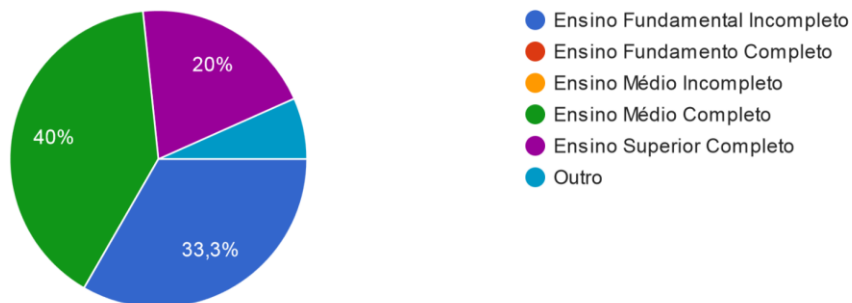
#### 4.1 Nível de Escolaridade do Grupo Familiar e Escolaridade Progressa

Nos aspectos relacionados à escolaridade progressa, foi investigado sobre o nível de escolaridade dos pais e membros do grupo familiar, bem como o ensino médio de origem dos próprios alunos evadidos.

Gráfico 15 – Nível de escolaridade dos pais dos alunos evadidos.

Qual nível de escolaridade do seu PAI?

15 respostas

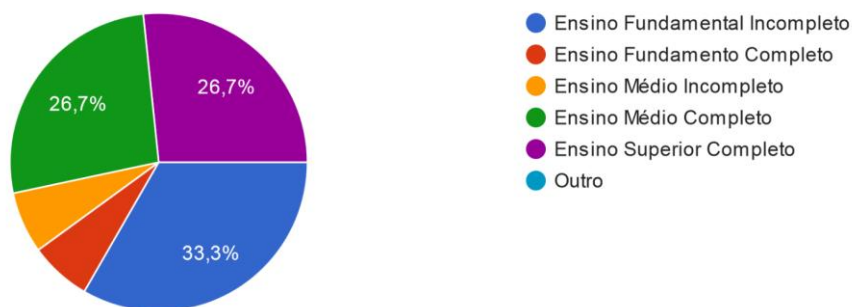


Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 16 - Nível de escolaridade das mães dos alunos evadidos.

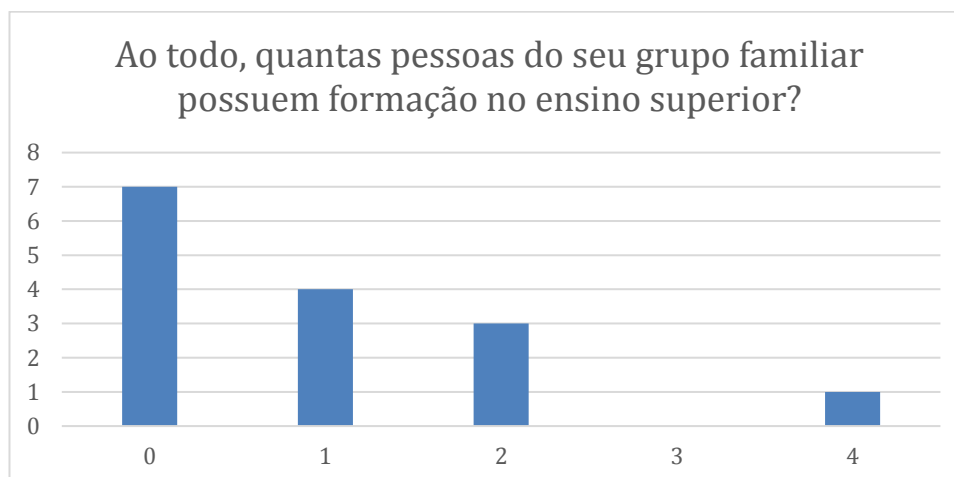
Qual o nível de escolaridade de sua MÃE?

15 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 17 – Escolaridade do grupo familiar dos alunos evadidos



Fonte: Elaborado pelo autor.

Pelos dados apresentados nos gráficos acima, nota-se o predomínio de pais e mães com nível de escolaridade Ensino Fundamental incompleto, bem como a ausência de membros do grupo familiar com ensino superior completo dentre 07 (sete) dos 15 (quinze) participantes da pesquisa. Esses números, além de reforçarem a teoria do capital cultural de Bourdieu (2007), guardam relação com a baixa renda também predominante nesses grupos familiares, conforme constatado na Tabela 9.

No que tange a escolaridade pregressa, ou seja, o ensino médio de origem, observou-se uma variação muito grande quanto ao ano de conclusão, não havendo uma relação direta ou inversamente proporcional entre a evasão e o decurso de tempo após a conclusão do ensino médio. Analisando-se a tabela abaixo, a qual ilustra essa relação, nota-se que a maioria dos evadidos ingressou no ensino superior no máximo em 02 (dois) anos após a conclusão do ensino médio.

Tabela 10 – Decurso de tempo entre a conclusão do ensino médio e o ingresso no curso superior entre os alunos evadidos.

Ano de conclusão do Ensino Médio:	Ano de ingresso no curso superior da FACISA:	Diferença entre a conclusão do Ensino Médio e Ingresso no Ensino Superior:
2010	Não sei	*
2008	2016	7 anos
2010	2013	2 anos
2019	2022	2 anos
2019	2020	0 ano
2019	2020	0 ano
2015	2017	1 ano
2014	2016	1 ano
2020	2021	0 ano
1990	Não me lembro.	*
2016	2017	0 ano
2015	2016	0 ano
2010	2015	4 anos
2012	2014	1 ano
2009	2010	0 ano

\* Não foi possível calcular o tempo em função da ausência de informação por parte do aluno.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Atinente a natureza do ensino médio cursado, a maioria (66,7%) é egressa de escola pública estadual tendo sido cursado em regime regular de três anos (80%). Tais dados vão ao encontro do perfil, tanto dos alunos evadidos quanto dos alunos matriculados, apurados a partir dos dados fornecidos pela instituição de ensino. (Tabela 6).

Para Rangel (2019) os alunos que tem origem em classes menos favorecidas e escolas públicas, supletivos ou normais vão experimentar maiores dificuldades e vulnerabilidades quando do ingresso no ensino superior, tanto em aspectos socioeconômicos como emocionais e até mesmo de linguagem. Por se tratar de alunos com uma cultura deficitária em hábito de estudo e outras características que são afetas ao ambiente universitário, terão claros prejuízos de desempenho com reflexo na permanência.

De forma mais sucinta os resultados encontrados por Bardagi e Hutz (2009) deram conta de que as diferenças experimentadas pelos estudantes, entre o ambiente da escola e da universidade, se deram de forma negativa e influenciaram no abandono dos cursos.

O predomínio do ensino médio público dentre os evadidos na IES pesquisada, em que pese pareça corroborar com os resultados da pesquisa de Diogo et al. (2016), os quais concluíram pela existência de uma influência do ensino médio de baixa qualidade e conseqüente despreparo dos alunos na evasão do ensino superior; não poderão ser assim considerados, no caso em tela, visto que o público dessa instituição de ensino é predominado por egressos de escolas públicas, conforme pode ser constatado na tabela abaixo, o que não permitiria um resultado diferente desse fator, quando analisado o grupo dos alunos evadidos.

Tabela 11 - Ensino Médio de Origem X Alunos Matriculados no período de 2015-2021

ANO	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021	
ENSINO MÉDIO DE ORIGEM	PÚBL.	PRIV.	PÚBL.	PRIV.	PÚBL.	PRIV.	PÚBL.	PRIV.	PÚBL.	PRIV.	PÚBL.	PRIV.	PÚBL.	PRIV.
Nº de Alunos	314	50	343	20	382	31	717	64	766	97	733	110	627	146

Fonte: Elaborado pelo autor.

## 4.2 Números, contexto e fatores da evasão discente nos cursos de graduação da FACISA

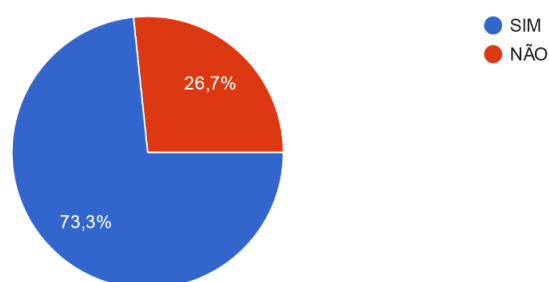
A não identificação com o curso escolhido ou mesmo a escolha determinada pela oportunidade e não pela vontade de se exercer determinada profissão é um fator que figura dentre as pesquisas, como ensejadores de evasão (MELO, 2017). Contudo, dentre os alunos evadidos respondentes do questionário, mais de 70% informou ter ingressado no curso de graduação que realmente queria cursar, ou seja, afasta-se aqui o fator da não identificação com o curso para as evasões registradas nessa instituição.

Ratificando essa premissa, também mais de 70% dos respondentes informaram que a possibilidade de mudar de curso não teria evitado a deserção e ainda, mais de 60% afirmaram que o curso escolhido sempre fora sua primeira opção profissional, sendo esta, a motivação para sua escolha. Logo, a deserção apresentada por estes alunos, em sua maior parte não guarda relação com o fator identificação com o curso.

### Gráfico 18 – Situação de escolha do curso.

O curso que você escolheu, realmente era o curso que queria fazer?

15 respostas



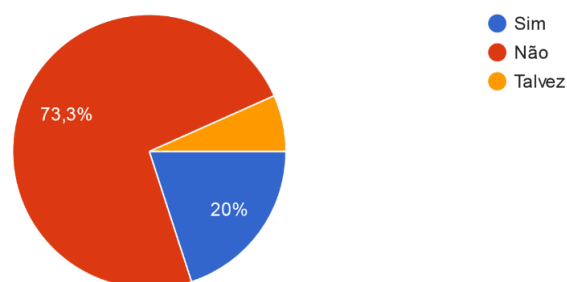
Fonte: Elaborado pelo autor.



### Gráfico 19 – Mudança de curso como oportunidade de continuação dos estudos

Se tivesse tido a oportunidade de mudar para outro curso, você teria continuado os estudos?

15 respostas

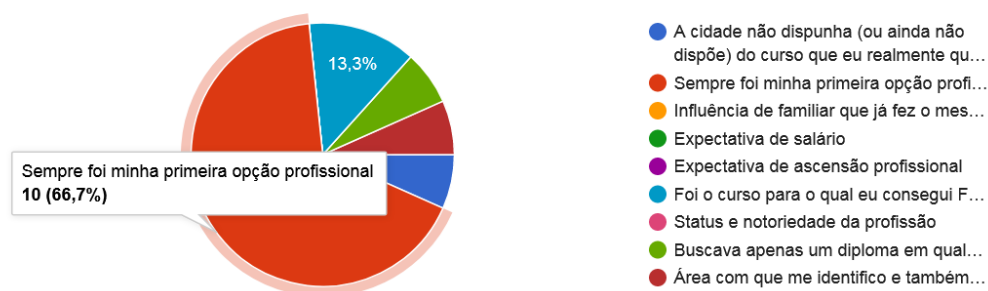


Fonte: Elaborado pelo autor.

### Gráfico 20 -Motivação para escolha do curso pelo aluno

Motivo de Escolha do Curso:

15 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

É relevante analisar neste último gráfico, que a segunda colocada dentre as alternativas para motivo de escolha do curso, com 13,3% de representação, foi “o curso para o qual eu consegui FIES ou PROUNI”.

Esse dado traz um contexto importante relacionado ao ingresso e consequente evasão nesse nível de ensino. O aluno não ingressa no curso que gostaria ou no que seria sua opção profissional e sim no único curso para o qual conseguiu alguma forma de subvenção decorrente de política pública. Isto porque o aluno não possuía então, condições financeiras para custear os estudos na formação que de fato gostaria. Nessas condições o fator não identificação tende a aparecer, sendo consequência da escolha por oportunidade, que aqui constitui-se da subvenção por meio do PROUNI ou FIES, e, conforme apontado por Melo (2017) favorecer ao fenômeno da evasão.

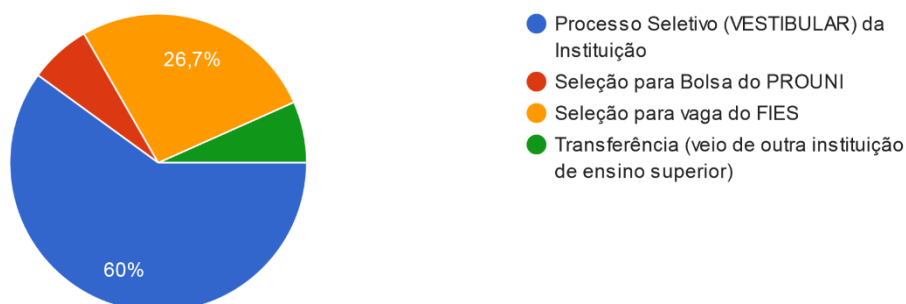
Por outro lado, confrontando os 13,3% que declaram ter escolhido o curso em função da subvenção do PROUNI ou FIES, os 66% que escolheram o curso por ser esse sua primeira opção profissional e como terceiro parâmetro, o percentual de alunos que declararam ter ingressado na graduação por meio de vagas

disponibilizadas por esses dois programas, sendo 33,4% conforme apresentado no gráfico abaixo, percebe-se que a maior parte dos beneficiários do FIES e PROUNI, dentre o grupo participante da pesquisa, conseguiram ingressar no curso que realmente gostariam de cursar e ainda obtendo subvenção em política pública para tal; circunstância que, sob a ótica dos aspectos financeiros e de afinidade com a formação, teria contribuído para a permanência desses alunos no curso.

Gráfico 21 – Forma de ingresso do aluno no curso

Forma de Ingresso no curso:

15 respostas

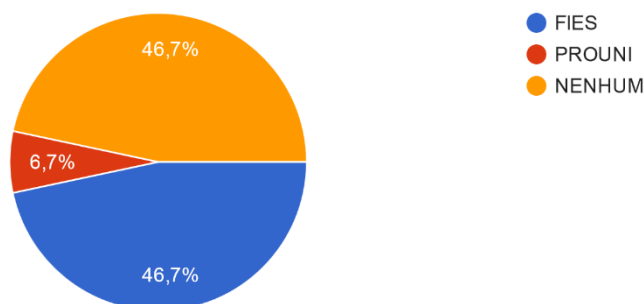


Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 22 – Políticas/programas públicas governamentais de apoio financeiro

Durante o período em que esteve matriculado na FACISA você era beneficiário de alguma política ou programa governamental abaixo relacionado:

15 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Destaca-se também o fato de que a maioria dentre os alunos da pesquisa (53,4%) tiveram benefício do FIES ou PROUNI durante o período em que estiveram matriculados na instituição, significando que, mesmo não tendo ingressado

inicialmente por meio desses programas, alguns alunos conseguiram os benefícios após o ingresso, porém, ainda assim houve a deserção.

Acerca do PROUNI, insta destacar que estudos como o realizado por Andriola (2020) no intento de avaliar o programa, apontam resultados positivos tanto em aspectos sociais quanto educacionais, tendo constatado que a qualidade do aprendizado dos usuários do programa foi maior do que a de pares não usuários, assim como também foi maior neles a satisfação com a formação e o desejo de inserção no mercado de trabalho. Tais resultados, confrontados com a evasão existente entre beneficiários do programa, instigam a investigação pelos fatores que a motivaram, certamente, diversos de fatores financeiros, visto que o programa tende a suprir no todo ou em parte essa falta de recursos.

O PROUNI é uma importante política afirmativa no intento de democratizar o acesso ao ensino superior e evidentemente promoveu um aumento expressivo no número de matrículas no setor privado, chegando a ultrapassar uma média anual de 5%. Contudo, o programa enfrenta uma evasão que passa dos 10%, e consequente ociosidade de bolsas, tanto pelo fato de a oferta de cursos levar em consideração tão somente os interesses das IES e do mercado, como as restrições financeiras que não se restringem a esfera das mensalidades e que ainda persistem dentre os estudantes (SILVA E SANTOS, 2017),

Ainda segundo Silva e Santos (2017), enquanto políticas para contenção da evasão no ensino superior, o PROUNI, mostrou-se mais exitoso do que o FIES, o que talvez possa ser explicado pelo fato de o maior número de contratos do FIES ter sido concedido a cursos e instituições com baixa avaliação e, consequentemente, menor qualidade, as quais geralmente, apresentam maior evasão.

Constata-se, portanto, que o fator financeiro/renda existe, assim como o fator afinidade com o curso e a profissão, mas que ainda existem outros fatores, visto que parte dos respondentes da pesquisa não se incluíram nas circunstâncias criadas por esses dois fatores.

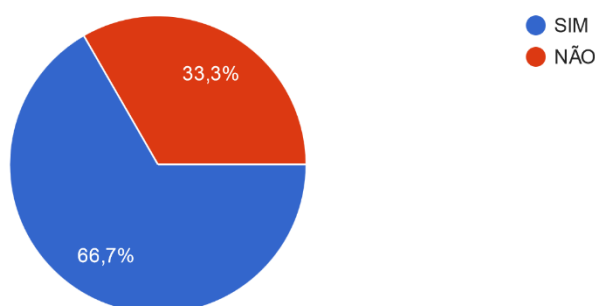
Partindo para a ceira dos incentivos financeiros oferecidos pela própria instituição de ensino, tem-se que 66,7% dos alunos da pesquisa foram beneficiários de alguma política de apoio financeiro institucional. Os incentivos financeiros institucionais presentes na pesquisa se perfaziam em descontos nas mensalidades com variação de 30% a 80% e até mesmo uma bolsa integral.

Comparando o gráfico anterior e o gráfico abaixo, percebe-se inclusive, que alguns alunos eram beneficiários das políticas de subvenção governamentais e políticas de apoio institucionais, cumulativamente. Esses dados reforçam, por exemplo, a constatação de Costa e Ferreira (2017) acerca do PROUNI, dando conta de que o programa viabilizou o ingresso, mas não a permanência e conclusão; persistindo uma evasão também decorrente de dificuldades financeiras relacionadas a custos diversos da mensalidade do curso.

### Gráfico 23 – Políticas de apoio financeiro da própria IES

Durante o período em que esteve matriculado na FACISA você era beneficiário de alguma política de apoio financeiro da própria instituição (Bolsa, Desconto, Financiamento Interno):

15 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre os fatores que levaram os alunos à evasão, foi apresentando o hall estabelecido a partir dos principais fatores exarados da pesquisa bibliográfica sobre o tema. O questionamento foi estruturado de forma a permitir que o aluno associasse vários fatores, partindo da premissa de a evasão geralmente decorre de um conjunto de causas e circunstâncias e, ainda, foi solicitado que o aluno mensurasse se e quanto cada fator influenciou na sua decisão de abandonar o curso superior.

A tabela 12, abaixo, permite uma análise do contexto geral dessa associação de fatores:

Tabela 12 – Fatores que levaram o aluno a evasão do curso.

Fatores que levaram a evasão:	Número de respostas para cada nível de influência dos fatores na evasão do aluno:					
	5	4	3	2	1	Não Influenciou

A) dificuldade financeira relacionada a mensalidade do curso	9					6
B) dificuldade financeira por não conseguir apoio financeiro em programas governamentais como FIES e PROUNI	3	1	3			8
C) não se identificou com a profissão escolhida	4					11
D) encontrou muitas dificuldades de cunho acadêmico e pedagógico e não conseguiu acompanhar o curso	1		1	1		12
E) falta de apoio pedagógico da instituição para superar dificuldades de aprendizagem	3		1	1		10
F) dificuldade de inserção e adaptação ao ambiente acadêmico (sentiu-se excluído pelos colegas e/ou professores)	1	1		1		12
G) Descontentamento pela baixa qualidade do ensino ofertado pela instituição	3			3		9
H) Ingressar em outro curso superior da área da saúde	3			1		11
I) Ingressar em outro curso superior, de outra área, pois encontrei muita dificuldade com a área da saúde.	1	1		1		12
J) Baixo retorno financeiro da profissão	3	2	1			9
L) Encontrou melhor oferta de desconto/bolsa em outra instituição de ensino	4	1	1	1		8
M) Transferiu para um curso EAD devido à dificuldade de estudar um curso presencial	2			1		12
N) Transferiu para um curso EAD por ter uma mensalidade com menor valor.	2					13
Outro	1				1	13

Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante dos dados apresentados na tabela acima, ficou bastante clara a influência do fator *Dificuldade financeira relacionada à mensalidade do curso*. Em que pese 40% dos respondentes tenham informado que esse fator não teve relação com a sua evasão, os 60% restantes foram unânimes em atribuir o nível máximo de influência do fator financeiro sobre a sua deserção do curso.

No entanto, para Silva Filho et al. (2007) a falta de recursos financeiros como responsável pela evasão é uma forma simplificada de se justificar o fenômeno, seja por parte dos alunos, como pelas instituições, contudo, fatores relacionados a questões acadêmicas, expectativas formadas sobre a profissão ou curso e até mesmo a capacidade de ambientação com o universo acadêmico, podem levar o aluno a questionar o custo benefício e deixar de direcionar esse recurso financeiro para a graduação.

Por outro lado, Andrade e Teixeira (2017) reconhecem a relevância do fator financeiro no contexto da vida do estudante universitário que, mesmo em se tratando da universidade pública, ainda necessita ver atendidas necessidades básicas, como moradia, transporte e alimentação, como subsídio ao desempenho e permanência nos estudos, assim como Borges (2011) identificou como principal fator gerador da evasão a dificuldade financeira, mas seguida de outros fatores como ausência de vocação, perda de benefícios (o que remete à dificuldade financeira), mercado de trabalho saturado na área de formação e baixa remuneração. Constatou ainda que a escolha do curso se deu na expectativa de uma ascensão social, visto que os estudantes tinham origem numa classe média baixa, e que ao ser frustrada colaborou para o abandono do curso.

Quando perguntado sobre a associação dessa dificuldade financeira à ausência de acesso a políticas públicas de apoio, o percentual geral que respondeu de forma positiva à questão foi de apenas 46,66%, e somente 20% atribui nível máximo de influência sobre a evasão, nesse fator. Esse resultado não surpreende quando confrontado com 53,4% de beneficiários do PROUNI e FIES existente dentre os respondentes da pesquisa.

Há que se considerar também que o contexto do ensino superior brasileiro favorece o problema da falta de recursos financeiros como propulsor da evasão haja visto que 87,8% das IES no Brasil são privadas, dentre as quais 81% são faculdades (BRASIL, 2022) e ainda o entendimento proposto por Bertolin, Amaral, Almeida (2019) ao dizerem que as IES públicas e seus cursos gozam de um status social mais elevado, não cobram mensalidades e, no entanto, são ocupadas por estudantes mais preparados detentores de um capital cultural e *background* melhores do que a grande parcela dos estudantes, oriundos das camadas mais populares da sociedade que

precisam recorrer às IES privadas, onde não há a concorrência existente na rede pública, mas onde ele terá que arcar com as mensalidades.

É claro o quanto esse contexto sobre o qual se sustenta o ensino superior brasileiro alimenta o fator financeiro como causa da evasão, pois, estudantes de classes populares são empurrados para instituições privadas, ao passo que estudantes de classes economicamente mais favorecidas ocupam as instituições públicas. O estudante da classe popular busca a rede privada porque não há formação básica que lhe permita concorrer de forma equânime numa rede pública de ensino superior que, em 2021, teve uma oferta de vagas equivalente a 3,6% do total das vagas no país (BRASIL, 2022).

Outro fator que figura como determinante na evasão é a presença de vocação ou identidade entre o aluno e a formação. Nesse sentido, Os estudos realizados por Rangel (2019) apontaram, em um curso de licenciatura de uma universidade pública, uma taxa elevada de estudantes que ingressaram, mas que não se identificavam com o curso, também taxas semelhantes de alunos que pretendiam buscar vaga em outras instituições, realizar novo ENEM e ainda uma parcela que ingressou somente por ter sido o curso no qual conseguiu classificação no SISU, contexto este que justifica as taxas de evasão no primeiro ano de curso girarem em torno de 55%.

Sobre essa identidade com a profissão, os resultados da presente pesquisa não surpreendem, mas diferem dos achados de Rangel (2019), uma vez que 66,7% dos participantes afirmaram ter escolhido o curso por ser de fato a sua opção profissional. Apenas 26,66% atribuíram nível máximo de influência desse fator sobre a evasão, sendo que os demais afirmaram que não houve influência desse fator. Nota-se que o fator identificação com o curso não é, então, predominante, mas que, quando ele se faz presente, tem forte influência sobre a decisão do aluno em não prosseguir no curso.

Ainda relacionado a essa questão da escolha do curso, cabe destacar o observado por BARDAGI e HUTZ (2009) sobre as escolhas profissionais realizadas pelos alunos, que em seguida evadiram, as quais haviam sido escolhas próprias e sem influências expressas, mas carregada de uma pressão social velada pela necessidade do sucesso de sair do colégio e ingressar na faculdade e seguir uma carreira.

Vê-se, portanto, que a escolha pode inicialmente refletir a vontade do aluno, a sua expectativa de profissão, mas adiante pode gerar uma frustração que leve ao abandono dos estudos.

Entre os demais fatores determinantes da evasão, elencados nessa questão do formulário, nenhum deles apresentou influência em mais de 46% dos participantes. Ainda, entre aqueles que apresentaram resposta afirmativa a algum desses fatores, o nível de influência foi relativamente baixo, não havendo, em qualquer deles, um predomínio do nível de influência 05 (cinco).

Reforça ainda o fator financeiro como propulsor da deserção no ensino o item “L” da questão, onde sete dos quinze respondentes afirmaram ter encontrado “*melhor oferta de desconto/bolsa em outra instituição de ensino*”. Apesar de não apresentar maioria, trata-se de um quantitativo expressivo, que ratifica o item “A”, onde 60% apontaram a dificuldade financeira como maior influenciador para a desistência.

Outros dois fatores analisados, quais sejam, a baixa qualidade do ensino ofertado e o baixo retorno financeiro da profissão, apesar de terem figurado apenas entre 40% dos respondentes e dentre os quais 50% atribuíram nível máximo de influência, são relevantes em comprovar a multiplicidade de fatores relacionados a evasão no ensino, ainda que não predominantes, mas que exercem sua influência associada à questão financeira, pesando sobre a decisão do aluno.

Tal entendimento encontra respaldo no fato de que, dentre os respondentes que apontaram como principal fator de influência na evasão a dificuldade financeira, todos associaram este a outros fatores apresentados na questão, conforme pode ser visto em destaque na tabela 13 abaixo:

Tabela 13 – Fatores de influência na evasão

	A) dificuldade financeira relacionada a mensalidade do curso	B) dificuldade financeira por não conseguir apoio financeiro em programas governamentais como FIES e PROUNI	C) não se identificou com a profissão escolhida	D) encontrou muitas dificuldades de cunho acadêmico e pedagógico e não conseguiu acompanhar o curso	E) falta de apoio pedagógico da instituição para superar dificuldades de aprendizagem	F) dificuldade de inserção e adaptação ao ambiente acadêmico (sentiu-se excluído pelos colegas e/ou profes-sores)	G) Desconten-tamento pela baixa qualidade do ensino ofertado pela instituição	H) Ingressar em outro curso superior da área da saúde	I) Ingressar em outro curso superior, de outra área, pois encontrei muita dificuldade com a área da saúde.	J) Baixo retorno financeiro da profissão	L) Encontrei melhor oferta de desconto/ bolsa em outra instituição de ensino	M) Transferiu para um curso EAD devido a dificuldade de estudar um curso presencial	N) Transferiu para um curso EAD por ter uma mensal-dade com menor valor.
Resp. 01	5	4	5	2	2	2	2	2	2	4	2	2	5
Resp. 02	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	5	N/I	N/I



Resp. 03	5	3	N/I	N/I	3	N/I	2	N/I	N/I	N/I	4	N/I	N/I
Resp. 04	5	5	N/I	N/I	N/I	N/I	5	5	4	4	N/I	N/I	N/I
Resp. 05	5	5	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	3	N/I	N/I	N/I
Resp. 06	5	N/I	N/I	3	5	4	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I
Resp. 07	5	3	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I
Resp. 08	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	5	N/I	N/I
Resp. 09	5	3	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	3	N/I	N/I
Resp. 10	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	5	N/I
Resp. 11	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Resp. 12	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I
Resp. 13	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	2	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I	N/I
Resp. 14	N/I	N/I	5	N/I	N/I	N/I	5	N/I	N/I	5	5	N/I	N/I
Resp. 15	5	N/I	5	N/I	5	N/I	N/I	5	N/I	5	N/I	N/I	N/I

\*N/I – não influenciou

Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa multiplicidade de fatores fica ainda mais evidente quando analisadas as respostas das às questões subjetivas do questionário. A primeira pede para que o responde deixe seu relato sobre a sua experiência com o ensino superior e os fatores que dificultaram sua permanência na graduação, culminando com o abandono.

As respostas trouxeram muito sobre aspectos financeiros, reforçando o que os números anteriores haviam apresentado, três pessoas associaram ao acometimento de desemprego. Contudo, chama a atenção casos em que apesar do contexto financeiro o responde deixa clara a associação a um segundo fator de igual relevância tais como, caso de luto na família, falta de apoio na família, problemas organizacionais na instituição de ensino.

No contexto da falta de apoio familiar, trazido por um dos participantes da pesquisa, cabe uma associação a questão do capital cultural, um fator presente principalmente em países em desenvolvimento, produto da desigualdade social e de um processo e promoção educacional atrasado, e que tende a prejudicar o

desenvolvimento e aprendizagem dos jovens ao atingirem o ensino superior (BERTOLIN, AMARAL, ALMEIDA, 2019), favorecendo, por conseguinte, a desmotivação com os estudos e conseqüente abandono.

Ainda de acordo com Bertolin, Amaral, Almeida (2019) por serem, o capital cultural e o *background* dos estudantes, importantes fatores determinantes do desempenho e por ser, o Brasil, um país que promoveu uma massificação do acesso ao ensino superior, mas que parece com a desigualdade social refletindo no acesso ao ensino básico de qualidade, faz-se necessário uma ampla melhoria de todo o sistema.

Quando esse participante afirma que um melhor apoio da família teria ajuda-o a permanecer no curso, tem-se clara a importância de o núcleo familiar compreender e valorar a formação. Ressalta-se que dentre os 15 participantes, sete não tinham sequer um membro da família com formação superior e outros quatro participantes contavam com apenas um membro com curso superior concluído. Tais números, somados aos 13 egressos de ensino médio de escola pública e nove com renda familiar mensal de até R\$3.000,00 reais, indicam quão desfavorável são as condições do grupo, em termos de capital cultural.

Também figuraram respostas totalmente desvinculadas do fator financeiro, atribuindo o abandono dos estudos a distância entre a cidade que residia e a cidade de Unai, sede da instituição de ensino, falta de interesse no curso, baixa qualidade no ensino ofertado pela instituição e por não ter se identificado com a profissão.

A experiência com o ensino superior em si foi satisfatória, até onde cursei. A desistência se deu pela distância entre as cidades (resido em Buritis), o que dificulta conciliar horários e exigências de trabalho, estudo, família, Igreja e outros. (Resposta de Participante da Pesquisa)

Quando perguntados sobre algo que poderia ter contribuído positivamente para permanência no curso de graduação na instituição, as respostas também seguiram a mesma tendência, com maioria apontando incentivos e apoio financeiro, bolsas integrais, melhores condições de financiamento interno ou mensalidade menor, mas também figuram respostas apontando para uma melhor estrutura da instituição, melhores professores, possibilidade de cursar em EaD na cidade onde residia, apoio da família, e ainda houve aqueles que não apontaram qualquer fator que pudesse contribuir para que a situação de abandono dos estudos tivesse sido diferente.

O teor das respostas subjetivas permite enxergar um contexto onde existe uma relevante presença do aspecto financeiro nas dificuldades apresentadas pelos alunos

evadidos, mas que esse fator vem corroborado por um conjunto de situações que somam força para fazer com que esse aluno desista dos estudos.

#### **4.3 Proposta de plano de ação para prevenção e enfrentamento à evasão**

Diante das análises realizadas sobre os dados fornecidos pela instituição de ensino, bem como daqueles obtidos por meio do questionário instrumento da pesquisa, pôde-se constatar o perfil dos estudantes e uma série de fatores que motivaram, com maior ou menor relevância, a decisão destes de abandonarem a graduação que cursavam.

Outra importante constatação realizada foi de que a instituição de ensino não possui um acompanhamento sistemático, nem um levantamento básico de informação junto a esses alunos que evadem, visto que nos dados fornecidos constavam apenas informações básicas decorrentes do cadastro dos alunos no ato de matrícula, mas nenhum dado socioeconômico ou relacionado a causa da desistência.

Um acompanhamento dos alunos é fundamental para, de algum modo, se tentar fazer frente a essa evasão. Tentativas de contato com o aluno após sua saída, levantamento socioeconômico quando do ingresso do aluno na instituição e ações como nivelamento e monitoria, são exemplos de ações a serem implementadas com o intuito de prevenir a saída do aluno sem conclusão.

Para tanto, o presente trabalho apresenta a seguir uma proposta de plano de ação a ser desenvolvido, não apenas pela FACISA, mas por qualquer instituição de ensino, em especial instituições privadas, como forma de trabalhar sobre as principais causas de evasão, buscando minimizá-la, afastando assim, tantos prejuízos trazidos por ela para a instituição e para o aluno.

Tabela 14 – Proposta de Plano de Ação

<b>PLANO DE AÇÃO – PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À EVASÃO UNIVERSITÁRIA</b>
<p><b>Apresentação</b></p> <p>O ensino superior brasileiro, em que pese tenha passado por uma alavancada no seu crescimento, no que tange a número de instituições e matrículas, estas na ordem de mais de 40% no período de 2009 a 2019, de acordo com os números divulgados pelo CENSUP (BRASIL, 2020); não tem tido o mesmo sucesso quanto a manutenção desses alunos que ingressam e sua conseqüente conclusão</p>

da graduação. Comprovam aludida evasão os números divulgados pelo INEP nos Indicadores de Trajetória do Ensino Superior, onde se observa uma Taxa de Desistência acumulada, no país, de 59% no período de 2010 a 2019 (BRASIL, 2019).

O cenário no município de Unaí, onde localiza-se a Faculdade de Ciências da Saúde de Unaí - FACISA, não difere do cenário nacional da evasão universitária, posto que a Taxa de Desistência Acumulada divulgada pelo INEP, para o município foi de 49,6% dentre os ingressantes de 2015 e 47,6% dentre os ingressantes de 2017. No âmbito da FACISA, esse mesmo indicador apontou uma evasão de 46,6% dentre os ingressantes de 2017, em acompanhamento feito até 2021.

Considerando que a evasão é um problema que afeta o ensino superior em amplos aspectos e confere prejuízos tanto sociais como econômicos e, tanto para a instituição como para os alunos, é necessário pensar e implantar estratégias de gestão e políticas institucionais que possam fazer frente a esse problema. Para tanto, é importante partir da compreensão de que todo problema dessa natureza parte de uma causa ou várias causas e sobre isso, verifica-se que a evasão é sim um problema de causas multifatoriais e para seu enfrentamento são necessárias ações envolvendo diferentes segmentos, setores e pessoas dentro da instituição de ensino superior, com efeito sobre as causas e que, preferencialmente, se antevêm à evasão, uma vez que o regresso do aluno que já evadiu mostra-se bastante difícil.

Posto isto e após a realização de detido estudo sobre o perfil dos alunos evadidos da FACISA e os fatores que emergiram como iminentes determinantes desse abandono dos estudos pelos alunos, é que se apresenta o presente plano de ação, a fim de que possa implantar ações de gestão dentro da instituição a fim de que se possa minimizar nos estudantes os efeitos.

### **Justificativa**

A Faculdade FACISA não dispõe de qualquer mecanismo, política, ação ou setor de acompanhamento sistemático da evasão dos estudantes. A instituição tem em seu sistema acadêmico apenas o registro do desligamento do aluno e a informação de quando ele ocorreu e como, se por desistência/abandono ou trancamento.

Essa ausência de monitoramento tem deixado a gestão da instituição ignorante e, conseqüentemente, inerte quanto a expressiva evasão que tem se instaurado dentre os alunos da instituição e, principalmente, quanto as motivações dessa evasão, o que, por conseguinte, faz com que a instituição também não busque implementar medidas preventivas ou resolutivas à evasão.

Tendo em vista essa expressiva evasão universitária existente dentre os alunos da FACISA, que circunda os 40%, e os problemas de ordem econômica e social trazidos por esse fenômeno, tanto para a instituição como para os alunos, somados ainda a inexistência de mecanismos de monitoramento por parte da instituição, faz-se necessário a implantação de estratégias e ações institucionais, envolvendo os diversos setores da instituição, com vistas a reduzir a evasão universitária por meio de um trabalho direcionado minimizar a incidência dos fatores determinantes do problema sobre os alunos ainda matriculados, bem como ações que com o intuito de reingressar alunos evadidos.

#### **Objetivo Geral**

Fazer frente a evasão universitária existente na faculdade FACISA, por meio da execução de ações e estratégias para a minimização dos fatores de origem do problema, direcionadas aos alunos ainda matriculados e ainda ações para o reingresso de alunos já evadidos.

#### **Objetivos Específicos**

- a) Criação de um setor para execução do presente plano de ação e monitoramento da evasão institucional.
- b) Levantamento das principais dificuldades apresentadas pelos estudantes para a continuidade nos estudos.
- c) Levantamento de informações sociais e econômicas junto aos estudantes matriculados
- d) Levantamento dos alunos evadidos
- e) Mapeamento dos setores de serviços da instituição que podem colaborar no plano de prevenção à evasão.
- f) Implantação das ações e estratégias de prevenção e enfrentamento à evasão por cada setor da instituição de acordo com as especificidades de sua atividade.

#### **Etapas do Processo**

- a) Levantamento de dados

- b) Estudo de situação
- c) Planejamento das ações
- d) Implementação das Ações
- e) Autoavaliação de resultados

#### **a) Levantamento de dados**

##### Levantamento 01:

- A secretaria acadêmica da instituição deverá realizar o levantamento dos alunos evadidos da instituição, dentro dos últimos três anos.
- Para esse levantamento deverá ser utilizado o sistema de gestão acadêmico.
- O relatório produto desse levantamento deverá conter informações úteis ao contato com esses ex-alunos, bem como ao mapeamento do perfil desses evadidos. São as informações: Nome, endereço, telefone, e-mail, idade, sexo, semestre de ingresso, semestre de evasão, percentual de carga-horária concluída, curso, tipo de ensino médio (público ou privado), apoio financeiro recebido durante o período de estudo e valor pago pelo aluno.
- O relatório será entregue ao setor de execução do Plano de Ação para Prevenção e Enfrentamento à Evasão em planilha no formato Microsoft Excel®.

##### Levantamento 02:

- A secretaria realizará levantamento semelhante ao anterior, acerca dos alunos matriculados, apontando, além dos dados relacionados no item anterior, a distribuição por turmas e a forma de ingresso na instituição.

##### Levantamento 03:

- Elaboração de questionário a ser aplicado aos alunos matriculados, para identificação das principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes para permanência nos estudos.
- Cadastramento do questionário em sistema eletrônico (sistema de gestão acadêmica ou Google Forms®)
- Sensibilização dos alunos para colaborarem respondendo ao questionário, explicando a finalidade do instrumento.
- Aplicação do questionário junto aos alunos matriculados.
- Consolidação dos resultados do questionário para análise.

*Quesitos sugeridos para o questionário (outros poderão ser incluídos a critério da instituição):*

- Idade
- Sexo
- Ensino Médio (público ou privado)
- Renda familiar
- Número de pessoas do grupo familiar com curso superior concluído
- Escolaridade dos pais
- Exerce atividade remunerada (sim ou não)
- Contribui para a renda familiar (sim, principal renda; sim, única renda; sim, mas não é a renda principal ou não contribui)
- Motivo de escolha do curso
- Principal dificuldade para permanência nos estudos e que pode levá-lo a abandonar os estudos
- Possui dificuldades de aprendizagem (sim ou não)
- Participou do nivelamento acadêmico (sim ou não)
- Participou de aula de monitoria (sim ou não)

Elaboração de indicadores para o acompanhamento/monitoramento da evasão universitária no âmbito institucional

#### **b) Estudo de situação**

O setor de execução do Plano de Ação, de posse dos levantamentos realizados pela secretaria, irá realizar o estudo de situação para traçar o perfil dos estudantes matriculados e evadidos e correlacionar esses dados com os fatores determinantes da evasão listados.

O perfil dos estudantes deverá integrar no mínimo as seguintes informações:

- Total de alunos (matriculados e evadidos)
- Número de alunos evadidos por semestre
- Número de alunos matriculados por semestre
- Percentual de evasão por semestre
- Número de homens e mulheres (matriculados e evadidos)

- Número de alunos egressos de escolas públicas e privadas (matriculados e evadidos)
- Número de alunos residentes no local sede da instituição e residentes em outras cidades (matriculados e evadidos)
- Número de alunos beneficiados em cada modalidade de apoio financeiro
- Escalonamento dos valores pagos pelos alunos e número de alunos em cada ponto do escalonamento.

*Fatores determinantes da evasão a serem considerados:*

- Dificuldade financeira
- Falta de apoio financeiro
- Falta de identificação com a profissão e escolha errada de curso
- Dificuldades de cunho acadêmico e pedagógico
- Dificuldade de inserção ambientação na faculdade
- Qualidade do ensino
- Falta de perspectiva de retorno financeiro ou empregabilidade da profissão
- Dificuldade de deslocamento para a faculdade
- Dificuldade de conciliar os estudos com o trabalho ou situações domésticas
- Dificuldade relacionada a falta de apoio da família

**c) Planejamento das ações**

Com base nos levantamentos de dados realizados que, certamente, apontarão as maiores dificuldades dos alunos para permanência nos estudos e conseqüentemente, maiores causas de evasão, se prosseguirá ao planejamento das ações que serão implementadas pela instituição.

São ações sugeridas para desenvolvimento neste plano de ação com base nos estudos já realizados, sem prejuízo de outras ações tidas como necessárias e igualmente eficazes diante de novas situações encontradas nos levantamentos de dados:

- *Rotina semestral de monitoramento da evasão*

Os dados dos alunos evadidos no semestre serão solicitados junto a secretaria pelo setor de monitoramento.



Verificar quantos trancamentos e quantos abandonos, as questões financeiras desses alunos junto ao setor responsável e as possíveis negociações, sendo então possível traçar uma estratégia de contato com esses alunos.

Realizar contato com os alunos verificando as motivações individuais de evasão, verificar junto a eles suas necessidades e possibilidades de retorno, no intuito de gerenciar nos setores responsáveis possíveis resoluções a fim de promover o retorno do aluno.

Caso a evasão no semestre seja muito grande é preferível que a instituição crie uma política coletiva para o retorno desse grupo de alunos.

- *Criação de política interna de apoio financeiro*

Com base nos estudos realizados acerca dos valores pagos pelos alunos, buscar junto a equipe diretiva e financeira a criação de uma política de apoio financeiro, configurada em descontos socioeconômicos, financiamento interno proporcional a comprovação de renda, parcerias com instituições financeiras para abertura de linha de financiamento, dentre outras possibilidades encontradas para atender com equidade, às dificuldades financeiras apresentadas pelos alunos.

- *Criação de um programa de acolhimento efetivo e contínuo*

O programa de acolhimento é importante para fazer frente a fatores como falta de identificação com a profissão e escolha errada de curso ou ainda dificuldade de inserção ambientação na faculdade.

Quanto as questões relacionadas a escolha da profissão e identificação com o curso o programa de acolhimento pode realizar palestras de orientação acerca da profissão, apresentação do cenário profissional de cada curso, produzir material impresso, tudo isso voltada ainda ao candidato que pretende ingressar na instituição.

Nas questões afetas a dificuldade de inserção, o programa de acolhimento deverá promover uma semana de atividades de ambientação, promovendo a informação do aluno quanto ao novo ambiente e ainda momentos de descontração e interação entre os alunos veteranos e calouros.

No decorrer do semestre esse mesmo programa deverá promover eventos de cunho cultural, esportivo, artístico ou mesmo de lazer direcionados a despertar

no aluno ingressante o sentimento de inserção e de pertencimento à comunidade acadêmica.

- *Implantação de um Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade atuante*

Esse núcleo realizará acompanhamento pedagógico dos alunos e também psicológico quando identificada a necessidade, direcionada a alunos com dificuldades de aprendizagem e que apresentem dificuldades relacionadas à educação de base. Para tanto esse núcleo deverá promover por meio de um exame ou análise do aproveitamento no processo de ensino aprendizagem, a identificação dos alunos que necessitam desse apoio e buscá-los para que sejam atendidos pelo núcleo, ou mesmo incluídos num programa coletivo de apoio pedagógico. É importante essa ação objetiva, não deixando apenas para que o aluno busque esse suporte voluntariamente, é preciso ofertá-lo.

- *Implantação de Nivelamento Acadêmico contínuo*

O nivelamento acadêmico também contribui no enfrentamento das dificuldades de ordem pedagógica, em especial aquelas relacionadas à educação de base. Comumente esse recuso é oferecido nas instituições somente aos alunos no semestre de ingresso na faculdade. Contudo, para servir de ferramenta de combate à evasão, é imprescindível que o Nivelamento se torne mais abrangente, sendo ofertado a todos os alunos da instituição, de forma atrativa que prova o interessa na participação, e podendo inclusive incluir conteúdos relacionados às áreas de formação, mais especificamente, e não apenas o básico português e matemática.

- *Fortalecimento e ampliação do programa de monitoria*

As instituições de ensino superior comumente têm implantado, com maior ou menor expressividade, um programa de monitoria. É possível aproveitar esse programa já existente, ampliando-o e criando bolsas de monitoria remuneradas para que o programa colabore nas ações de prevenção à evasão em dois segmentos. Primeiro como apoio acadêmico-pedagógico, por meio do incentivo aos alunos a participarem das aulas de monitoria apresentando sua importância para melhoria

do aproveitamento e do aprendizado nas diversas unidades curriculares cursadas. Segundo, como auxílio financeiro, uma vez que a bolsa monitoria recebida pelo aluno contribuíra com sua renda mensal ou até mesmo ser a única renda para aqueles alunos não possuem emprego e renda fixa.

- *Mapeamento dos fatores relacionados a qualidade do ensino, análise do quadro institucional e mobilização para melhoria da qualidade do ensino a partir da análise feita*

A instituição já possui alguns mecanismos de monitoramento da qualidade do ensino, tais como as Comissões Próprias de Avaliação – CPA, avaliações externas, Núcleos Docentes Estruturantes – NDE, Conselhos pedagógicos, dentre outros. Contudo é preciso que a busca pela melhoria na qualidade do ensino aconteça de forma sistematizada e monitorada constantemente. Nesse sentido, deverão ser promovidas capacitações pedagógicas docentes de forma periódica, estudos dos indicadores apontados pela CPA afetos a qualidade do ensino, seja relacionado ao corpo docente, infraestrutura física e tecnológica ou estrutura curricular dos cursos, de modo a estruturar um plano específico para atendimento às melhorias identificadas como necessárias nesse âmbito. Estabelecer a partir do conselho pedagógico e por meio do conselho superior da instituição um cronograma de aprimoramento dos recursos tecnológicos, metodológicos e informacionais, postos à disposição de alunos e professores na instituição.

- *Intensificação dos trabalhos da ouvidoria*

Importante ferramenta institucional, a ouvidoria é capaz de trazer diversos dados e informações sobre o funcionamento e o ambiente institucional. Porém, as ouvidorias, via de regra, são passivas, coletando informações apenas quando procurada por um membro da comunidade acadêmica. Esse formato de trabalho precisa ser modificado, tornando a ouvidoria um setor ativo, promovendo a constante avaliação da qualidade dos serviços ofertados, por meio de avaliações de atendimento contínuas, pesquisas junto à comunidade acadêmica sobre demandas, serviços e setores específicos, servindo de verdadeiro termômetro de todo o andamento institucional. Além da produção de dados, é preciso sistematizar

o seu encaminhamento a equipe gestora para a tomada de decisões e providências, para que sejam viabilizadas as melhorias das fragilidades identificadas.

- *Incentivo ao empreendedorismo, conhecimento das possibilidades profissionais e divulgação de índices de empregabilidade institucionais e do mercado*

Para fazer frente a um fator específico, que muito interfere na permanência e conclusão da graduação pelos alunos, qual seja, a falta de perspectiva de retorno financeiro ou empregabilidade da profissão, é recomendável que a instituição promova, ao menos anualmente, uma espécie de seminário ou outro formato de evento focado na temática de empreendedorismo e possibilidades de atuação na profissão, para que os alunos possam formar um melhor conceito das possibilidades e da empregabilidade inerente a formação e carreira escolhida. Também serão bem-vindos eventos com egressos que tenham se destacado na carreira, contado suas experiências. Divulgação do índice de empregabilidade dos egressos da instituição e números atualizados do mercado de trabalho, pelos diversos canais de comunicação institucionais (site, redes sociais, canais internos).

- *Celebração de Convênios com Prefeituras de Municípios vizinhos a Unaí/MG*

O Estudo realizado constatou que Unaí/MG é uma cidade polo de ensino superior, referência para uma grande quantidade de municípios menores, vizinhos das localidades, todos integrantes da região noroeste do Estado de Minas Gerais. Para viabilizar o descolamento diário dos alunos residentes nesses municípios vizinhos a Unaí/MG é fundamental que a instituição de ensino procure o poder executivo de tais municípios para a celebração de convênio no intuito de que os governos municipais ofereçam apoio para o transporte universitário coletivo de suas cidades. Como forma de também apoiar os alunos nesse custo com o deslocamento a instituição de ensino poderá oferecer um desconto nas mensalidades dos cursos de graduação para quem residir fora da cidade de Unaí, em localidades onde a prefeitura seja conveniada da instituição. Essa medida constituirá ainda, medida d apoio financeiro.

- *Criação de um berçário e sala de brinquedos*

Para alunas que possuem filhos pequenos, muitas vezes em idade de amamentação, muitas vezes seguir nos estudos universitários torna-se difícil, ocasionando muitas vezes a evasão das mesmas. Para fazer frente a essa dificuldade a instituição de ensino pode viabilizar a disponibilização de um espaço para que as alunas possam levar seus filhos, um espaço com berçário e sala de brinquedos onde as crianças poderão ficar acomodadas, sob os cuidados de alguém designado pela instituição ou pela própria estudante/mãe, sendo esta uma logística a ser definida pela instituição. A existência desse espaço irá conferir as estudantes, tranquilidade suficiente para o prosseguimento nos estudos, pois a instituição estará colaborando com a construção da sua rede de apoio.

- *Campanha de valorização do ensino superior e do diploma*

A instituição de ensino pode desenvolver uma campanha contínua de valorização do ensino superior em nível institucional e até mesmo em nível de grupo familiar de seus alunos por meio de canais de comunicação institucionais e externos, com a finalidade de difundir a compreensão de todos sobre o quanto a formação de nível superior é importante para o posicionamento social/profissional do indivíduo e para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

- *Intensificação das atividades de extensão e iniciação científica*

Investir em atividades de extensão e iniciação científica como forma de prevenção da evasão é uma estratégia que fará frente a vários fatores determinantes desse fenômeno institucional.

Atividades de extensão além de serem um recurso para melhoria na qualidade do ensino posto que interdiscipliniza a aquisição de conhecimento, coloca o aluno em atuação prática e em contato direto com a sociedade que será futuro público de sua atuação profissional, instigando no aluno o sentimento de pertencimento e o apreço pela atuação profissional, tornando consciente da relevância social do seu papel. Confere visibilidade aos futuros profissionais o que refletirá na empregabilidade. Poderão ser pleiteadas bolsas de extensão junto a própria instituição ou por meio de programas de ONG's ou órgãos públicos nas diferentes esferas de governo, o que contribuirá com questões de ordem financeiras apresentadas pelos estudantes.

As atividades de iniciação científica, além de abrirem vários caminhos para a aquisição de bolsas de iniciação tanto institucionais como em órgãos públicos ou financiadores de pesquisas, novamente apoiando o estudante nas questões de cunho financeiro; também são importantes para envolver o aluno no universo acadêmico, difundindo um sentimento de pertencimento e valorização da formação de nível superior. Eventos científicos que incentivem a produção pelos estudantes, que apresentem o campo nacional existente para a pesquisa, as necessidades no universo da pesquisa e o quanto ela pode abrir caminhos profissionais, que tragam a participação do grupo familiar o aluno para que estes possam conhecer e prestigiar o trabalho realizado por esse aluno, são todas estas formas muito bem vindas para se trabalhar a questão da evasão muitas vezes motivadas pelo desinteresse quanto a profissão, quanto a formação ou até mesmo falta de apoio familiar.

### **Cronograma de Implementação das ações**

Caberá a instituição de ensino estabelecer o cronograma geral de implantação das ações que se apresentarem como pertinentes para a prevenção da evasão. Em termos básicos esse cronograma deverá considerar itens como:

- Definição da (as) ações a serem implementadas
- Levantamento dos recursos necessários para cada ação: Financeiros, infraestrutura física, infraestrutura tecnológica, recursos humanos dentre outros.
- Provisão dos recursos
- Escalonamento das ações de acordo com os recursos
- Destinação e liberação dos recursos pelos setores responsáveis conforme escalonamento das ações
- Execução das Ações

### **Autoavaliação de resultados**

É importante, para a completa execução do plano de ação de prevenção e enfrentamento à evasão, que sejam estabelecidos indicadores para autoavaliação do plano de ação e sua implantação, bem como das ações que estão sendo desenvolvidas. A autoavaliação permitirá identificar a necessidade de adequações e readequações na estruturação do plano de ação de como um todo ou em ações específicas, bem como aferir sua aplicabilidade e até mesmo a efetividade.

São pontos a serem considerados com indicadores na autoavaliação, sem prejuízo da inclusão de outros:

- Participação dos estudantes
- Alcance das ações
- Número de estudantes atendidos/beneficiados
- Satisfação do público envolvido
- Números periódicos da evasão após a implantação do plano de ação

Fonte: Elaborado pelo autor.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das pesquisas realizadas e dados analisados pôde-se constatar de forma evidente que o ensino superior brasileiro é originalmente elitista e que o acesso a esse ensino sofre forte influência das condições socioeconômicas do indivíduo.

A democratização do acesso a esse nível de ensino tem sido a bandeira levantada por algumas ações do poder público, com implantação de algumas políticas nesse sentido.

O número de ingressantes no ensino superior teve expressivo aumento nas duas últimas décadas, bem como o seu acesso por pessoas de classes sociais menos favorecidas, o que muito se deve à políticas governamentais como FIES e PROUNI.

Contudo, verificada a bibliografia e também dados oficiais do INEP, percebe-se que a permanência e conclusão do curso superior não tem acompanhado a mesma proporção do crescimento de matrículas, tornando evidente a evasão, como um problema de ordem tanto social como econômica, e de causas multifatoriais.

Atinente a faculdade FACISA pôde-se constatar que, apesar de esta ser uma instituição pequena, tem relevante papel na cidade onde se localiza e recebe ainda estudantes de vários municípios vizinhos. Conta com corpo discente majoritariamente formado por egressos do ensino médio público e indivíduos do sexo feminino. A instituição, que no período observado, ofertava cinco cursos de graduação, registrou uma expressiva evasão entre 2015 e 2018, com notória redução nos anos de 2019 e 2020 e uma retomada no índice em 2021, sendo Psicologia o curso que registrou maior evasão em três dos sete anos observados, superando os demais cursos.

Em que pese estudos antecedentes, demonstrem que a distância entre residência e instituição de ensino seja um fator que favorece a evasão, na FACISA o percentual de alunos residentes em outras cidades ficou em torno de 40% tanto entre matriculados como evadidos, comprovando que esse fator não foi expressivamente determinante.

A pesquisa junto a alunos evadidos, por meio do questionário, foi importante para obtenção de dados que a instituição não dispunha acerca das circunstâncias de evasão desses alunos. Não foi obtido um número alto de respostas, visto a dificuldade de acesso a esses alunos, pois a própria instituição não tinha um sistema ou mecanismo de contato. Porém, as respostas formaram uma amostra a partir da qual



pôde-se obter informações importantes acerca dos fatores que determinaram a evasão desses alunos.

Dentre os respondentes da pesquisa 60% declaram o fator financeiro como o maior determinante da sua evasão, contudo, uma análise cruzada das respostas dados por esse grupo, permitiu verificar que, junto ao fator financeiro, outros fatores se associaram fomentando a decisão de abandonar os estudos, levando a uma compreensão de que a evasão não decorre de um único fator, mas de um conjunto fático, uma associação de causas e circunstâncias.

Não figuraram como fatores relevantes na evasão dos respondentes da pesquisa a falta de apoio financeiro nem a questão vocacional atrelada a escolha do curso, uma vez que a grande maioria declarou receber algum incentivo por parte da instituição ou por meio de política pública, bem como declarou ter escolhido o curso por ser esse a sua real opção profissional.

Numa análise correlacionada entre os dados levantados junto a FACISA e juntos aos respondentes do questionário da pesquisa, foi possível compreender que o contexto de evasão existente na instituição não decorre de um único fator, mas de um conjunto de deles, que vão desde questões econômicas, de renda, de insuficiência do apoio financeiro recebido até fatores socioculturais e de capital cultural.

Para o desenvolvimento de ações, estratégias e políticas institucionais com vistas ao enfrentamento da evasão no âmbito dessa instituição é preciso considerar uma importante observação que sobressaiu do presente trabalho, qual seja, a evasão é um problema de origem multifatorial e que após instaurado, ou seja, após a evasão ocorrida, retornar esse aluno para a instituição é bastante difícil. Prova disso foram as pouquíssimas respostas dadas ao questionário instrumento da pesquisa. Portanto, percebe-se que a instituição precisa implantar políticas de prevenção à evasão, norteadas pelos fatores que emergem como seus determinantes e se antever ao evento, minimizando sua proporção por meio de um trabalho voltado a sua origem.

Serão válidos, portanto, estudos futuros que se desdobrem especificamente sobre cada situação ou fator identificado como determinante da evasão, analisando-os e propondo-se a identificar quais seriam os mecanismos mais efetivos para fazer frente a essa evasão, inclusive no âmbito de políticas públicas de apoio a permanência.

## REFERÊNCIAS

BRASIL 2022. Notas estatísticas do Censo da Educação superior 2021.

AGUIAR, V. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], 2016, v. 24, n. 57, p. 113-126. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/4BhqdWbbvKRGRKPBwhH3QQN/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 24 set. 2021.

ANDRADE, A. M. J.; TEIXEIRA, M. A. P. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação Campinas**, Sorocaba 2017, v. 22, n. 2, p. 512-528.

Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/3051>>. Acesso em: 26 set. 2021.

ANDRIOLA, W. B.; BARROZO FILHO, J. L. Avaliação de Políticas Públicas para a Educação Superior: o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI).

**Avaliação Campinas**, Sorocaba, 2020, v. 25, n. 3, p. 594-621. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772020000300594&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772020000300594&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 maio 2021.

ARAGÃO, J. Introdução aos estudos quantitativos utilizados em pesquisas científicas.

**Revista Praxis**. Volta Redonda, 2011, v. 3, n. 6, p. 59-62. Disponível em:

<<https://doi.org/10.25119/praxis-3-6-566>>. Acesso em: 21Abr2021.

ARONI, A. **O ensino superior como atividade empresarial e o cidadão mínimo no Brasil**: o peso da mão liberal e a marca de uma aliança não visível. Uma análise do ensino superior brasileiro a partir dos dilemas que envolvem as políticas públicas. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em:

<<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-09102008-115646/en.php>>. Acesso em: 23 set. 2021.

BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação Campinas**, Sorocaba, 2011, v. 16, n. 2, p. 355-374. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772011000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772011000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 maio 2021.

BERTOLIN, J.; AMARAL, A.; ALMEIDA, L. Os cursos de graduação podem compensar a falta de capital cultural e background de estudantes? **Educ. Pesqui.**, São Paulo, 2019, v. 45, e185453. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022019000100501&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022019000100501&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 maio 2021.

BONAMINO, A.; et al. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, 2010, v. 15, n. 45, p. 487-499. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782010000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 maio 2021.

BARDAGI, M. P.; HUTZ, C. S. “Não havia outra saída”: percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. **Revista Psico USF**, [S.l.], 2009, v. 14, n. 01, pág. 95-105. Disponível em:  
<[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-82712009000100010](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712009000100010)>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BORGES, E. H. N. Ingresso no ensino superior e escolha da carreira: uma análise das desigualdades sociais. **Cadernos do LEPEs** – Rio de Janeiro, 1. ed., 2018, v. 1, pag. 82-100.

BORGES, S. M. **Fatores determinantes da evasão escolar no ensino superior: O estudo de caso do ILES/ULBRA de Itumbiara**. 2011. Disponível em:  
<<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUK EwiS9f64jdzxAhUTIUCHfdEBPsQFjAAegQICxAD&url=http%3A%2F%2Fwww.uniaif a.com.br%2Flib%2Fdownload.php%3Farq%3Darqs%2Fbiblioteca%2Fdigital%2F33.pdf%26nome%3Dfatores-determinantes-da-evasao-escolar-no-ensino-superior-o-estudo-de-caso-do-ilesulbra-de-itumbiara.pdf&usg=AOvVaw3kMO0EOaGCF8ExIfcpYZrl>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BOURDIEU, P. F. **Escritos de Educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema e-MEC. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**. Cadastro e-MEC, 2021a. Disponível em:  
<<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 15 jun 2021.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 26 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP, **Consulta Matrícula**. 2020e. Disponível em:  
<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/consulta-matricula>. Acesso em: 12 maio 2021.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Dados do Inep mostram que cor dos estudantes da educação superior difere da cor da população brasileira**. 2005a. Disponível em:  
<[http://inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/id/337309](http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/id/337309)>. Acesso em 03 out. 2021.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa RFB nº 1394, de 12 de setembro de 2013. **Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre a Renda e de contribuições aplicável às instituições que aderirem ao Programa Universidade para Todos**. 2013. Publicada no DOU de 13/09/2013, página 38. 2013. Disponível em:  
<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=45931&visao=anotado>>. Acesso em: 23 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. **Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências.** Diário Oficial da União - Seção 1 - Eletrônico - 13/7/2001, Página 2. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10260-12-julho-2001-329619-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 23 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.** 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acesso em: 23 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria normativa nº 21, de 5 de novembro de 2012. **Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada – SISU.** D.O.U., seção I, n. 2014, pag. 8-9, 2012b. Disponível em: <[https://sisu.mec.gov.br/static/pdf/portaria\\_2012\\_n21.pdf](https://sisu.mec.gov.br/static/pdf/portaria_2012_n21.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicadores de Fluxo da Educação Superior,** 2020a. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-de-fluxo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 12 maio 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.096 de 13 janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.** 2005b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11096.htm)>. Acesso em: 23 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Notas estatísticas 2019.** 2020b. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2020/Notas\\_Estatisticas\\_Censo\\_da\\_Educacao\\_Superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.** 2012a Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34167>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. **Pesquisa por cidades,** 2020. 2020c. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/unai/panorama>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Programas e Ações.** 2021b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/programas-e-acoes>>. Acesso em: 03 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Censo da Educação Superior. Resultados. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019.** 2020d. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de->

atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 03 out. 2021.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 21 abr 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicadores de Fluxo da Educação Superior**, 2021c. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-de-fluxo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 dezembro 2022.

BRUNO, L. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], 2011, v. 16, n. 48, pag. 545-564. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782011000300002&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782011000300002&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 30 jan. 2021.

CHAVES, V. L. J.; AMARAL, N. C. Política de expansão da educação superior no brasil - o PROUNI e o FIES como financiadores do setor privado. **Educação em Revista**, [S.l.], 2016, v. 32, n. 4, pag. 49-72. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/jZMkgMgTyb7rmjtqTVczXBj/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 set. 2021.

COLLINS, P. H; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo. 2021

CORDASSO, J. A. SILVA, R. T. P. PELEGRINI, P. BAGGENSTOSS, S. Fatores determinantes na evasão de acadêmicos no ensino superior: Estudo em um município do norte mato-grossense. **XVI Colóquio Internacional de Gestão Universitária**. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/171967>>. Acesso em 30 jun. 2021.

COSTA, D. D.; FERREIRA, N. B. O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. **Revista Avaliação**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 141-163, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/aval/v22n1/1982-5765-aval-22-01-00141.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

DIOGO, M. F.; RAYMUNDO, L. S.; WILHELM, F. A.; ANDRADE, S. P. C.; LORENZO, F.M.; ROST, F.T.; BARDAGI, M. P. Percepções de coordenadores de curso superior sobre evasão, reprovações e estratégias preventivas. **Revista Avaliação**, Campinas, v. 21, n. 1, pag. 125-151, 2016. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772016000100125&lang=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772016000100125&lang=pt)>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FURTADO, V. V. A. ALVES, T. W. Fatores determinantes da evasão universitária: uma análise com alunos da UNISINOS. **Revista Contemporânea de Economia e**

**Gestão**. 2012, v. 10 - Nº 2, p. 115 – 129. Disponível em:  
<<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7479>>. Acesso em 30 jun. 2021.

HONORATO, G.; VIEIRA, A; ZUCCARELLI, C. Expansão, diversificação e composição social da área de Educação no ensino superior brasileiro (1995-2015). **Cadernos do LEPES** – Rio de Janeiro, 1. ed. v. 1, pag. 31-81, 2018.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016. Disponível em:  
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009088/>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

MELO, K. C. **Escolha de curso e evasão universitária**: análises a partir do Sistema de Seleção Unificada. 2017. 97f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em:  
<<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/24328>>. Acesso em: 23 set. 2021.

MIRANDA, M. G.; VILLARDI, R. M. Projeto Horizontes - relação entre capital cultural, na acepção de Bourdieu, e o fracasso escolar. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 25, e 250025, 2020. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782020000100222&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782020000100222&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 maio 2021.

OLIVEIRA, D. C. **Elite do Agronegócio em Unai**: Percepções sobre Pobreza e Desigualdades Sociais. 2008. 116 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural.

POCHMANN, M.; FERREIRA, E. B. Escolarização de jovens e igualdade no exercício do direito à educação no Brasil: embates do início do século XXI. **Educ. Soc.**, Campinas, 2016, v. 37, n. 137, p. 1241-1267. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302016000401241&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401241&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 maio 2021.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005. Disponível em: <[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf)>. Acesso em 03 out. 2021.

RANGEL, F. O.; et al. Evasão ou mobilidade: conceito e realidade em uma licenciatura. **Ciência & Educação**, Bauru, 2019, v. 25, n. 1, p. 25-42. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/8VCLL7STFbVsjkXTNPcYk5F/?lang=pt>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SACCARO, A.; FRANÇA, M. T. A.; JACINTO, P. A. Retenção e evasão no ensino superior brasileiro: uma análise dos efeitos da bolsa permanência do PNAES. **44º Encontro Nacional de Economia - Anpec**, 2016, Brasil. Disponível em:  
<<https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/10648>>. Acesso em: 01 out. 2021.

SANTOS, G. G.; SILVA, L. C. A evasão na educação superior: entre debate social e objeto de pesquisa. In: SAMPAIO, S. M. R., org. **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 249-262. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

SILVA, G. P. Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes. **Revista Avaliação**, Campinas, 2013, v. 18, n. 2, pag. 311-333. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772013000200005&lang=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000200005&lang=pt)>. Acesso em: 26 jan. 2021.

SILVA, A. M.; SANTOS, B. C. S. Eficácia de políticas de acesso ao ensino superior privado na contenção da evasão. **Revista Avaliação**, Campinas, 2017, v. 22, n. 3, pag. 741-757. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772017000300741&lang=pt#B3](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000300741&lang=pt#B3)>. Acesso em: 30 jan. 2021.

SILVA FILHO, R. L. L.; MONTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. C. M. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742007000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 maio 2021.

SMANIO, G. P.; BERTOLIN, P. T. M. (ORGS.) **O Direito e as políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484072/>>. Acesso em: 16 maio 2021.

SOUZA, C. T. PETRÓ, C. S. GESSINGER, R. M. Um estudo sobre evasão no ensino superior do Brasil nos últimos dez anos. **II Conferência Latino Americana Sobre El Abandono Em La Educacion Superior**. 2012. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUK EwiS9f64jdzxAhUTIJUCHfdEBPsQFjAEegQICBAD&url=http%3A%2F%2Fwww.revistas.utp.ac.pa%2Findex.php%2Fclabes%2Farticle%2Fdownload%2F868%2F895&usq=AOvVaw3wkafEmsqF3FQrMZuJb0i2>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

UNAÍ, Prefeitura de. **Educação em Unai**. 2015. Disponível em: <<http://www.prefeituraunai.mg.gov.br/pmu/index.php/educacao-em-unai.html>>. Acesso em: 12 maio 2021.

## ANEXOS

**ANEXO A – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO APLICADO À POPULAÇÃO DA PESQUISA****Eixo 01: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA**

Ano de Nascimento:				
Idade atual:				
Sexo:				
( ) Masculino	( ) Feminino			
Renda mensal do grupo familiar (somando a renda de todos os membros do grupo):				
( ) Até 2 salários mínimos	( ) entre 2 e 4 salários mínimos	( ) mais de 4 salários mínimos		
Número de integrantes do grupo familiar:				
( ) 1	( ) 2	( ) 3	( ) 4	( ) mais de 5
O que a sua renda representa no grupo familiar:				
( ) Única renda	( ) principal renda, mas não a única	( ) não possui renda	( ) outro	
Condição de Moradia:				
( ) Casa própria quitada	( ) Própria Financiada	( ) alugada	( ) cedida	( ) outro
Possui atividade remunerada:				
( ) Sim	( ) Não			
Regime da atividade remunerada:				
( ) Carteira assinada – CLT	( ) Servidor Público Estatutário	( ) Trabalhador autônomo		
( ) Empreendedor Individual				
Formas de transporte utilizado para se deslocar até a faculdade:				
( ) Transporte Universitário	( ) automóvel próprio	( ) outro		
Escolaridade dos seus pais:				
( ) Fundamental Incompleto	( ) fundamental completo	( ) ensino médio completo		
( ) Superior Completo	( ) outro			
Cidade de Residência:				
( ) Unai	( ) outra			

**Eixo 02: DADOS EDUCACIONAIS (educação primária)**



Ano de conclusão do Ensino Médio:
<input type="checkbox"/> entre 2010 e 2012 <input type="checkbox"/> entre 2013 e 2015 <input type="checkbox"/> 2016 e 2018 <input type="checkbox"/> 2019 <input type="checkbox"/> outro
Tipo de Escola em que curso o ensino médio:
<input type="checkbox"/> Pública Estadual <input type="checkbox"/> Pública federal <input type="checkbox"/> Privada <input type="checkbox"/> outra
Tipo de Regime em que cursou o Ensino Médio:
<input type="checkbox"/> Regular – Três anos <input type="checkbox"/> EJA <input type="checkbox"/> Supletivo <input type="checkbox"/> CESEC <input type="checkbox"/> Outro

Eixo 03: DADOS EDUCACIONAIS (ensino superior)

Ano de ingresso no curso superior da FACISA:
<input type="checkbox"/> Antes de 2015 <input type="checkbox"/> 2015 <input type="checkbox"/> 2016 <input type="checkbox"/> 2017 <input type="checkbox"/> 2018 <input type="checkbox"/> 2019 <input type="checkbox"/> 2020 <input type="checkbox"/> 2021
Ano de desistência/Abandono/desvinculação do ensino superior:
<input type="checkbox"/> 2015 <input type="checkbox"/> 2016 <input type="checkbox"/> 2017 <input type="checkbox"/> 2018 <input type="checkbox"/> 2019 <input type="checkbox"/> 2020 <input type="checkbox"/> 2021
Curso em que se matriculou na FACISA:
<input type="checkbox"/> Enfermagem <input type="checkbox"/> Farmácia <input type="checkbox"/> Medicina Veterinária <input type="checkbox"/> Psicologia <input type="checkbox"/> Serviço Social
Forma de Ingresso no curso:
<input type="checkbox"/> Processo Seletivo da Instituição <input type="checkbox"/> Seleção para Bolsa do PROUNI <input type="checkbox"/> Seleção para vaga do FIES <input type="checkbox"/> Transferência
Motivo de Escolha do Curso:
<input type="checkbox"/> A cidade não dispunha (ou ainda não dispõe) do curso que eu realmente queria fazer <input type="checkbox"/> Sempre foi minha primeira opção profissional <input type="checkbox"/> Influência de familiar que já fez o mesmo curso <input type="checkbox"/> Expectativa de salário <input type="checkbox"/> Expectativa de ascensão profissional <input type="checkbox"/> Foi o curso para o qual eu consegui FIES ou PROUNI <input type="checkbox"/> Status e notoriedade da profissão <input type="checkbox"/> Outro
Esse curso sempre foi sua primeira opção profissional?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

<p>Numa escala crescente de relevância de 01 a 05, onde cinco descreve o fato que mais influenciou para sua desistência/Abandono do curso superior na FACISA, classifique os fatores abaixo:</p>						
	NI*	05	04	03	02	01
A) dificuldade financeira relacionada a mensalidade do curso						
B) dificuldade financeira por não conseguir apoio financeiro em programas governamentais como FIES e PROUNI						
C) não se identificou com a profissão escolhida						
D) encontrou muitas dificuldades de cunho acadêmico e pedagógico e não conseguiu acompanhar o curso						
E) falta de apoio pedagógico da instituição para superar dificuldades de aprendizagem						
F) dificuldade de inserção e adaptação ao ambiente acadêmico (sentiu-se excluído pelos colegas e/ou professores)						
G) qualidade do ensino ofertado pela instituição						
H) Ingressar em outro curso superior						
	* NI = Não Influenciou (para os fatores que não tiveram influência sobre a sua decisão)					
<p>Durante o período em que esteve matriculado na FACISA você era beneficiário de alguma política ou programa governamental abaixo relacionado:</p>						
<p>( ) FIES      ( ) PROUNI</p>						
<p>Durante o período em que esteve matriculado na FACISA você era beneficiário de alguma política de apoio financeiro da própria instituição (Bolsa, Desconto, Financiamento Interno):</p>						
<p>( ) Sim      ( ) Não</p>						

Deixe seu relato sobre a sua experiência com o ensino superior e as questões ou fatores que dificultaram sua permanência na graduação, culminando com o abandono do curso sem tê-lo concluído; bem como o que você considera como algo que poderia ter contribuído para que essa evasão não acontecesse: